

DOI: <https://doi.org/10.5902/2236672590500>

## **Terra e gado na economia estancieira do Rio Grande do Sul (1985-2022)**

*Land and cattle in the ranchers economy of Rio  
Grande do Sul (1985-2022)*

*Terres et bétail dans l'économie d'élevage du Rio  
Grande do Sul (1985-2022)*

*Tierra y ganado en la economía de los terratenientes  
de Rio Grande do Sul (1985-2022)*

 **Francis Casagrande Zanella**

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

### **Resumo**

Este artigo analisa as reconfigurações da economia estancieira na região sudoeste do Rio Grande do Sul, com destaque para dois períodos distintos: 1985-1996 e 1997-2022. Utilizando uma abordagem da economia política das mudanças agrárias, investiga-se o reposicionamento dos estancieiros em meio a transformações globais e locais, com ênfase na propriedade da terra e do gado. A pesquisa se baseia em dados secundários, entrevistas e observação direta, destacando a influência de ajustes liberais e reivindicações regionais no estado brasileiro, bem como a demanda internacional por commodities e terras. Observa-se a transição de uma matriz agropecuária baseada na criação extensiva de gado para a expansão da sojicultura e silvicultura, influenciada pelas articulações entre interesses patronais regionais e políticas setoriais em diferentes níveis de governo, mesmo diante das críticas de setores da sociedade civil. O artigo contribui para a compreensão das dinâmicas de classe e poder nos mercados agropecuários em países de capitalismo dependente, contextualizadas nos cenários históricos e econômicos de transição do desenvolvimentismo para o neoliberalismo. Conclui-se que a conservação do patrimônio fundiário segue como recurso fundamental para o acoplamento dos estancieiros enquanto fração das classes dominantes no interior dos mercados agropecuários sul-rio-grandenses e das disputas nacionais pela apropriação de fundos públicos.

**Palavras-chave:** Agronegócio; Elites; Mudanças agrárias; Região da Campanha; Pecuária.

**Abstract:** This article analyzes the reconfigurations of the ranchers economy in the southwest region of Rio Grande do Sul over two distinct periods: 1985-1996 and 1997-2022. Using a political economy of agrarian change approach, the study investigates the repositioning of estancieiros amid global and local transformations, with an emphasis on land and livestock ownership. The research is based on secondary data, interviews and direct observation, highlighting the influence of liberal adjustments and regional development policies on the Brazilian state, as well as the international demand for raw materials and land. The transition from an agricultural matrix based on extensive cattle breeding to the expansion of soybean farming and forestry is observed, influenced by the articulations between regional employer interests and sectoral policies at different levels of government, even in the face of criticism from sectors of civil society. The article contributes to the understanding of class and power dynamics in agricultural markets in countries with dependent capitalism, contextualized in the historical and economic scenarios of transition from developmentalism to neoliberalism. It is concluded that the conservation of land heritage remains a fundamental resource for the engagement of estancieiros as a fraction of the dominant classes within the agricultural markets of Rio Grande do Sul and national disputes over the appropriation of public funds.

**Keywords:** Agribusiness; Elites; Agrarian changes; Campanha Region; Livestock.

**Résumé:** Cet article analyse les reconfigurations de l'économie d'élevage dans la région sud-ouest du Rio Grande do Sul sur deux périodes distinctes: 1985-1996 et 1997-2022. En utilisant une approche d'économie politique du changement agraire, le repositionnement des estancieiros au milieu des transformations mondiales et locales est étudié, en mettant l'accent sur la propriété foncière et du bétail. La recherche est basée sur des données secondaires, des entretiens et des observations directes, mettant en évidence l'influence des ajustements libéraux et des demandes régionales dans l'État brésilien, ainsi que la demande internationale de matières premières et de terres. On observe le passage d'une matrice agricole basée sur l'élevage extensif à l'expansion de la culture du soja et de la foresterie, influencé par les articulations entre les intérêts des employeurs régionaux et les politiques sectorielles des différents niveaux de gouvernement, même face aux critiques de certains secteurs de la société civile. L'article contribue à la compréhension des dynamiques de classe et de pouvoir sur les marchés agricoles dans les pays à capitalisme dépendant, contextualisées dans les scénarios historiques et économiques de transition du développementalisme au néolibéralisme. On conclut que la conservation du patrimoine foncier reste une ressource fondamentale pour l'engagement des estancieiros en tant que fraction des classes dominantes au sein des marchés agricoles du Rio Grande do Sul et des conflits nationaux sur l'appropriation des fonds publics.

**Mots-clés:** Agro-industrie; Élites; Changements agraires; Région de Campanha; Bétail.

**Resumen:** Este artículo analiza las reconfiguraciones de la economía de los terratenientes conocidos como estancieiros en la región suroeste de Rio Grande do Sul en dos períodos distintos: 1985-1996 y 1997-2022. Utilizando un enfoque de economía política del cambio agrario, se investiga el reposicionamiento de los estancieiros en medio de transformaciones globales y locales, con énfasis en la propiedad de la tierra y el ganado. La investigación se basa en datos secundarios, entrevistas y observación directa, destacando la influencia de los ajustes liberales y las políticas de desarrollo regional en el estado brasileño, así como la demanda internacional de materias primas y tierras. Se observa la transición de una matriz agrícola basada en la ganadería extensiva a la expansión sojera y forestal, influenciada por las articulaciones entre intereses patronales regionales y políticas sectoriales en los diferentes niveles de gobierno, incluso frente a las críticas de sectores de la sociedad civil. El artículo contribuye a la comprensión de las dinámicas de clase y poder en los mercados agrícolas en países con capitalismo dependiente, contextualizadas en los escenarios históricos y económicos de transición del desarrollismo al neoliberalismo. Se concluye que la conservación del patrimonio territorial sigue siendo un recurso fundamental para la participación de los terratenientes estancieiros como fracción de las clases dominantes en los mercados agrícolas de Rio Grande do Sul y las disputas nacionales por la apropiación de fondos públicos.

**Palabras clave:** Agronegocios; Élites; Cambios agrarios; Región de la Campanha; Ganado.

## Introdução

As relações sociais de produção constituídas nas áreas de campos<sup>1</sup> atualmente pertencentes ao estado do Rio Grande do Sul, no território brasileiro, são parte integrante de processos mais amplos do capitalismo entrelaçados com arranjos locais de agentes e recursos. A consolidação da ocupação colonial e imperial nessas áreas sulinas durante os séculos XVIII e XIX deu-se por meio da estratégia geopolítica de controle das áreas meridionais pelos impérios português e brasileiro, onde os agentes que ficaram conhecidos como estancieiros concentraram a apropriação das terras. Esse patronato reproduziu-se desde então articulando não somente largos domínios fundiários privados com atividades de pecuária<sup>2</sup> extensiva, mas também a reprodução de um conjunto de capitais econômicos, políticos, sociais, culturais e simbólicos (Pesavento, 1980; Piccin, 2021).

O conceito de economia estancieira é utilizado no âmbito deste artigo como categoria intermediária para analisar mediações entre movimentos mais gerais do capital, em termos globais, com suas expressões em nível nacional e local das classes e relações sociais. Sua utilização deriva dos trabalhos de Piccin (2012; 2021), que produziu uma sociologia histórica desse patronato rural a fim de compreender suas estratégias de reprodução social enquanto elites agrárias no extremo sul brasileiro, as quais combinavam: relações sociais de produção e dominação em suas propriedades fundiárias, cálculos econômicos e estratégias mercantis, participação na política e em movimentos armados, estratégias matrimoniais e de sucessão dos seus patrimônios, investimentos escolares, estilo de vida aristocrático, distinções sociais e poder simbólico. Segundo o autor, essas estratégias e recursos qualificaram o grupo como fração de classe dominante, mesmo diante de mudanças nas alianças sociais hegemônicas.

O presente trabalho opera um recorte temático de tais relações a partir de lentes da economia política das mudanças agrárias, desde autores inspirados na abordagem marxista, a exemplo de Bernstein (2011) e Delgado (2012). Assim, a noção de economia estancieira é como são aqui designadas as formas de apropriação e acumulação de valor pelos proprietários fundiários e patrões rurais da criação de gado bovino. Os arranjos de recursos econômicos, atividades produtivas e subsídios estatais caracterizam os termos dos acoplamentos e ajustamentos estancieiros às forças monopolistas do capital internacional e às estratégias de outras elites econômicas do país, em diferentes conjunturas mundiais do sistema capitalista.

---

<sup>1</sup> A noção de campos se refere às áreas cobertas por ecossistemas campestres no território brasileiro em que atualmente se localiza o estado do Rio Grande do Sul (RS), as quais foram fundamentais nos processos de colonização europeia da margem atlântica do Cone Sul do continente americano para a formação da economia estancieira a partir dos séculos XVIII e XIX. Noções similares como a de “campos sulinos” abrangem formações campestres no Sul do Brasil para além do RS, e a noção de “bioma Pampa” considera a abrangência de um conjunto definido de ecossistemas entre Brasil, Uruguai e Argentina. Quando o presente artigo citar as áreas de “campos” do RS, estará enfatizando a região Sudoeste do estado, também conhecida como Campanha ou Fronteira Oeste. A noção de “metade sul do RS”, também usada pela literatura, não é idêntica pois envolve toda a área Sudoeste e Sudeste do estado.

<sup>2</sup> Neste artigo o conceito de pecuária se refere à criação de bovinos e será sinônimo de bovinocultura de corte. Do mesmo modo, a palavra gado referência os rebanhos bovinos. Essa menção se faz necessária, pois outras criações também estão presentes na economia estancieira, tal como a ovina e a equina. Portanto, as palavras pecuárias, gado, rebanho, cabeças e animais vão remeter a bovinos quando não estiverem acompanhadas de outro qualificativo de espécie

Nesse assunto, as pesquisas mais recentes no campo das ciências sociais agrárias têm enfocado principalmente os efeitos da expansão das agriculturas de soja e arroz no que se refere aos desafios e possibilidades para a reprodução social dos setores de pecuaristas familiares e trabalhadores de estâncias (Matte, 2017; Hanauer, 2019; Zanella et al., 2019), assim como para a conservação dos campos naturais (Moreira; 2019; Montebianco, 2021; Brito, 2022), ou ainda no que se refere ao desenvolvimento econômico e humano em áreas que se especializam no cultivo de soja (Oderich; Elias; Waquil, 2019; Oderich, 2020). São menos frequentes os estudos como o de Kenne (2022) ou Piccin (2021) que se propõem a estudar as articulações políticas e as estratégias econômicas dos setores dominantes nos mercados agropecuários do Sudoeste rio-grandense nas duas últimas décadas.

Sendo assim, este artigo considera a noção de economia estancieira para uma análise de longa duração, considerando três recortes temporais: a) 1940-1985: período de ascensão dos estancieiros, na esteira de políticas desenvolvimentistas no Brasil enquanto economia periférica no capitalismo mundial; b) 1985-1996: período de descenso dos estancieiros, em um cenário de emergência global do neoliberalismo, de abertura comercial em economias de capitalismo dependente e de redução do ritmo de expansão capitalista na agricultura brasileira; c) 1997-2022: período de reposicionamento dos estancieiros diante da perpetuação dos ajustes liberais nos mercados agrícolas e alimentares globais, com a reprimarização do comércio exterior brasileiro e a elevação internacional dos preços de commodities e terras. Tendo essa periodização como pano de fundo, as subseções do presente texto discorrem sobre o segundo e o terceiro recortes temporais, dando ênfase para as reconfigurações posteriores a 1985.

A definição de temporalidades do objeto de estudo partiu do diálogo teórico e bibliográfico<sup>3</sup> correlacionado às fontes de dados agropecuários (Censos Agropecuários e outras pesquisas do IBGE, Anuário da Pecuária do Instituto FNP, relatórios do Núcleo de Estudos em Sistemas de Produção de Bovinos de Corte e Cadeia Produtiva - NESPro/Ufrgs), além de entrevistas (estancieiros, lavoureiros<sup>4</sup>, veterinários, corretores, secretário de agricultura, extensionistas rurais, comerciantes e lideranças sindicais) e observação direta (casas comerciais agropecuárias, escritórios de negócios rurais e hotel) no município de São Gabriel-RS. A construção metodológica da análise envolveu a síntese dos principais elementos que constituem as formas de acumulação nos diferentes períodos, de modo que estes componentes são dialeticamente acionados como balizas para a análise de rupturas e continuidades entre cenários subsequentes.

---

<sup>3</sup> Para maior detalhamento, consultar a pesquisa de tese em sua versão completa, em Zanella (2023).

<sup>4</sup> O termo “lavoureiro” é uma categoria de uso corrente entre os interlocutores desta pesquisa para se referir aos padrões rurais que conduzem estabelecimentos agropecuários tendo na lavoura temporária a sua principal atividade, seja em áreas próprias, arrendadas ou em parceria, frequentemente combinando força de trabalho familiar com empregados permanentes e temporários - em configurações que Bühler (2008) definiu como familiares, empresariais-familiares, empresariais-patrimoniais e investidores, ao analisar essas formas sociais na metade sul do Rio Grande do Sul. Os lavoureiros são um grupo heterogêneo que monopoliza o avanço do cultivo de soja na região desde a década de 1970. Suas trajetórias sociais são diversificadas e geralmente oriundas de outras porções do estado, onde acumularam experiências prévias e/ou capitais com agropecuária (Piccin, 2016; Montebianco, 2021).

A análise incide especialmente sobre a mesorregião Sudoeste rio-grandense, na qual se encontra grande parte dos campos apropriados por esse patronato rural no processo de formação das fronteiras do Brasil com a Argentina e o Uruguai. É onde historicamente concentram-se em maiores níveis estaduais os estabelecimentos rurais com mais de 500 ha e 1.000 ha, assim como relevante parcela do estoque bovino gaúcho (Da Ros, 2006; Marion Filho; Reichert; Schumacher, 2012).

### **Crise da dívida externa e instabilidades na bovinocultura de corte brasileira (1985 a 1996)**

A pecuária de corte no Brasil é historicamente apropriada como ferramenta do empreendimento extensivo de acumulação primitiva de capital mediante controle territorial. Esse processo avançou no sentido do litoral para o continente, seja em caso de expropriação dos territórios até então ocupados por povos dos campos, cerrados e florestas e/ou para controle de fronteiras em disputas geopolíticas, como no caso do extremo sul do país. Mais recentemente, a partir do contexto de modernização conservadora da agricultura brasileira promovida desde a ditadura empresarial-militar (1964-1985), a criação de gado também vem sendo usada como ferramenta para reivindicar propriedade sobre as terras que são submetidas ao desmatamento, de modo que a bovinocultura de corte extensiva apresentou ritmo contínuo de crescimento em termos nacionais, com particular importância nas regiões Centro-Oeste e Norte (Gonçalves, 2012).

O contexto que se passa na crise da dívida externa e em seus efeitos inflacionários entre as décadas de 1980 e 1990 é considerado determinante sobre o modo como o gado bovino passou a ser produzido e consumido no país nas décadas seguintes. O período marca importantes transições, segundo Mielitz Netto (1994): a) o ciclo pecuário<sup>5</sup> deixa de seguir um ritmo relativamente constante de altas e de baixas nos preços em períodos de 7 a 8 anos, observado entre as décadas de 1950 e 1970, onde a formação de preços passa a demonstrar uma complexidade que ultrapassa os limites estritos dos ciclos de oferta e procura de bovinos; b) diversificam-se os perfis de pecuaristas<sup>6</sup> e de investimentos em bovinocultura de corte, especialmente na região Sudeste (ascensão dos confinadores), numa gradual disseminação do princípio de investimento capitalista empresarial que compara lucratividades relativas entre atividades produtivas e aplicações financeiras; c) reduz-se continuamente o poder aquisitivo da população, o que limita o potencial de crescimento no consumo de carne bovina e abre janelas de oportunidade para cadeias produtivas alternativas de proteína animal, sobretudo aves e em menor proporção os suínos.

---

<sup>5</sup> As análises sobre o estoque pecuário e a formação de preços do quilograma de boi gordo são frequentemente conduzidas desde o princípio do ciclo de mercado pecuário, o qual envolve as defasagens entre a retenção e a oferta de animais para abate devido ao tempo necessário para a gestação e o crescimento dos bovinos, o que impacta nos preços das diferentes categorias (bezerros, novilhas, vacas, bois). Para mais detalhes, consultar Mielitz Netto (1994) e Buainain e Santos (2016).

<sup>6</sup> Os sistemas de produção em bovinocultura de corte são geralmente subdivididos nas etapas de cria (reprodução e crescimento dos bezerros até a desmama), recria (da desmama à reprodução no caso das fêmeas ou até a engorda no caso dos machos) e engorda (ganho de peso até o abate), de modo que os produtores são especializados em uma ou duas dessas fases, ou ainda praticam o ciclo completo (todas as etapas) (Massuquetti; Ribas, 2008).

O ano de 1986 inaugura uma série de intervenções governamentais oscilantes para lidar com a inflação no período, que se caracterizam como uma sucessão de reações conjunturais por meio de planos macroeconômicos (Plano Cruzado em 1986, Plano Bresser em 1987, Plano Verão em 1989, Plano Collor em 1990 e Plano Collor II em 1991) e políticas setoriais (congelamento de preços ao consumidor, incentivo às importações de bois vivos e carnes, contingências às exportações e episódicas alienações involuntárias de animais junto aos produtores). Parte dos criadores patronais organizados em entidades como o Sindicato Nacional dos Pecuaristas de Gado de Corte, criado em 1985, propunham medidas consideradas mais apaziguadoras em torno do descongelamento dos preços de carnes nobres a fim de incrementar as margens de lucro. Outros grupos enfrentavam mais abertamente o governo e o movimento pela reforma agrária, notavelmente a União Democrática Ruralista (UDR), que indicava explicitamente possuir bois prontos para abate que não seriam entregues enquanto as novas políticas não fossem descontinuadas (Mielitz Netto, 1994).

O contexto também foi favorável para aumentar as inter-relações entre os mercados financeiro e de bovinos de corte. As pressões pelo descongelamento de preços de carnes nobres no varejo tendiam a beneficiar investimentos em gado confinado. Esses produtores eram empresários e grupos econômicos de áreas diversas como engenharia, finanças, comércio e etc., que não possuíam tradição na bovinocultura de corte, cujos investimentos estratégicos aproveitavam-se da localização próxima a grandes centros urbanos do Sudeste e de plantas agroindustriais que forneciam subprodutos usados para a engorda concentrada em pequenas áreas. Obtinham uma terminação de bois mais jovens para abate e com isso encontravam premiações de até 10% nos preços pagos por frigoríficos, na medida em que essas carnes mais macias atendiam aos mercados de alta renda e exportações. Além disso, o regime de confinamento lhes permitia programar-se para ofertar o gado aproveitando-se dos preços diferenciados da entressafra. Estima-se que o rebanho em confinamento alcançou a marca de 200 mil cabeças em 1987 e seguiu crescente nos anos seguintes (Mielitz Netto, 1994).

Assim, cresceram no período as inter-relações da pecuária de corte com outros setores de investimento capitalista, no sentido de maior presença de critérios empresariais nas decisões sobre os negócios, no interesse mais recorrente de aplicadores do mercado financeiro em ativos reais como o gado bovino e no crescimento do confinamento de animais de engorda para aproveitamento das remunerações diferenciadas na entressafra, mesmo diante de uma queda tendencial nos preços anuais. Essa mudança de comportamento indica que um crescente somatório de agentes passa a considerar que “o boi magro é agora uma forma de aplicação, concorrendo com títulos, ações, ouro, terras, moeda estrangeira, etc.” (Mielitz Netto, 1994, p. 162).

Essas possibilidades devem-se à tripla característica que o gado bovino possui em comparação com outros setores da agropecuária tal como a agricultura. Mielitz Netto (1994) observa que, em especial o boi para engorda, mas, em certa medida, todas as outras categorias intermediárias de rebanho (vacas reprodutoras, novilhas e bezerros), podem servir tanto como bens de capital fixo, no sentido do investimento produtivo em pecuária, quanto como bens de consumo no mercado de carnes, e ainda como ativos reais com liquidez que podem entrar no cálculo empresarial de investidores em busca de maximizar a rentabilidade de capitais externos à pecuária. A bovinocultura de corte possui reconhecida liquidez durante o ciclo de

produção, podendo dispor animais para venda em fases intermediárias de crescimento. Desse modo, as descontinuidades do processo de trabalho (Delgado, 2012) ao longo do ciclo biológico de crescimento dos animais podem ser parcialmente contornadas. Isso é especialmente observado no caso dos confinadores que priorizam a aquisição de animais somente para a fase final de engorda na medida em que esta pode ser melhor controlada em termos de conversão do alimento em carne durante períodos determinados de trabalho.

Essa característica difere parcialmente da iliquidez dos capitais aplicados durante um período de produção agrícola. Este é conhecido pela aplicação de capitais em processos de produção cujos ritmos de crescimento biológico da sementeira à colheita em época apropriada provocam descontinuidades no processo de trabalho e menor velocidade na rotação de capitais. A necessidade de aguardar todo o período de crescimento das plantas até a venda de sua produção provoca maior imobilização de recursos (especialmente máquinas agrícolas) em comparação com a liquidez encontrada nas fases intermediárias do crescimento de animais na bovinocultura, tendo em vista que os bovinos não são presos à terra e podem ser comercializados a qualquer momento. Portanto, o capital fixo na pecuária se diferencia por seu caráter de liquidez ao compor-se de “estoques de mercadorias semielaboradas de uso intermediário” (Delgado, 2012, p. 23).

O período em questão (final da década de 1980) marca uma importante transição onde frações dos pecuaristas vão gradualmente internalizando o princípio empresarial de comparação da lucratividade entre atividades. Mas, isso não quer dizer que tenham se esgotado outros comportamentos recorrentes entre os produtores extensivos, tais como a expectativa de valorização patrimonial das terras e a pressão constante por margens vultosas de ganhos de capital na venda de animais, isto é, um comportamento mais especulativo no mercado do boi e da terra. Essa perspectiva de condução da atividade vai gradualmente combinar-se ou ser substituída por uma racionalidade baseada no cálculo de giro de capital, o qual busca intensificar a criação e encurtar os ciclos produtivos a fim de obter retornos mais otimizados e constantes (Mielitz Netto, 1994).

Na época em questão, a desorganização entre os elos da cadeia produtiva de carne bovina pode ser atribuída às medidas governamentais que se mostraram insuficientes para superar a crise inflacionária, mas também aos interesses conflitantes entre os agentes econômicos privados. O comportamento recorrente das entidades de classe dos pecuaristas ao longo dos planos de estabilização econômica ia no sentido de enfrentar os congelamentos de preços com a retenção de animais para abate até que não fosse mais possível sustentar tais políticas. Os confinadores dedicados à engorda aproveitavam-se de bonificações por qualidade e preços de entressafra, com maior facilidade para mudar de tecnologia e de opção de aplicação do capital em comparação aos produtores de cria que concentram gado com menor liquidez. Ao mesmo tempo, os frigoríficos encontravam-se em dificuldades associadas à retenção especulativa da oferta pelos produtores, a ociosidade nas plantas industriais e as oscilações no consumo de carne bovina, além da concorrência com outras fontes de proteína animal e da alta incidência de abates não fiscalizados ou clandestinos<sup>7</sup>. No âmbito do varejo

---

<sup>7</sup> A Scot Consultoria, empresa especializada em agropecuária, estimava que em 1997 os abates sem fiscalização representavam aproximadamente 49% do total, baseando-se nos dados oficiais de abates do IBGE descontados da produção nacional de couros informada pelo Centro das Indústrias de Curtume do Brasil (CICB) (Torres Jr.; Rosa; Tonini, 2005).

notou-se uma tendência de oligopolização na medida em que milhares de açougues fechavam as portas. A concentração do setor varejista aumentou seu poder de barganha em relação aos frigoríficos e aos estabelecimentos agropecuários (Mielitz Netto, 1994).

### **Especificidades estancieiras no mercado brasileiro da carne vermelha (1985 a 1996)**

A crise no setor de frigoríficos em território nacional tem algumas particularidades no caso da economia estancieira no Sudoeste sul-rio-grandense. Ao contrário do observado em outras partes do país, onde os frigoríficos eram predominantemente controlados por grupos privados agroindustriais, no RS uma parcela importante das indústrias de processamento de carnes bovinas eram administradas por um sistema de cooperativas controlado pelos grandes proprietários sob apoio do Instituto de Carnes a nível estadual, criado na década de 1930 (Piccin, 2014; Dalmazo, 1992). Nessas cooperativas foi observada historicamente uma ociosidade das plantas industriais, chegando a um patamar de ocupação de apenas 30% de sua capacidade de abates na segunda metade da década de 1980. Essa característica não reflete apenas um efeito conjuntural da retenção bovina nas propriedades frente às políticas de estabilização macroeconômica do período, mas uma poderosa ferramenta institucional na defesa dos preços de venda das carnes: “sua existência justificava-se como forma de impedir que a renda do pecuarista seja transferida para o setor industrial por força de uma eventual oligopolização desse mercado.” (Benetti, 1994, p. 128).

Em um cenário macroeconômico de desvalorização do real em relação ao dólar, na década de 1980, Piccin (2014) observou que as receitas, os custos e a baixa taxa de ocupação dessas plantas frigoríficas eram viabilizadas por meio de uma combinação entre lucros extraordinários com vendas no exterior (contratos com países do Oriente Médio, Europa, Hong Kong, Egito e outros), demanda institucional garantida (contratos com Exército, Marinha, Aeronáutica e outras compras governamentais) e outras operações no mercado interno (boutiques, serviço de bordo da Varig, redes de hotéis, entre outros). O controle estancieiro das terras e de todo o processo de criação de bovinos em ciclo completo (cria, cria e engorda) somava-se a sua capacidade industrial de regulação dos preços através de uma oferta relativamente rígida no mercado interno, sobretudo em âmbito estadual, o que permitia que a exploração bovina extensiva permanecesse rentável sem que os sistemas produtivos fossem intensificados a fim de aumentar a oferta de animais ou de produção equivalente em carne (Benetti, 1994; Piccin, 2014; 2021).

Porém, no contexto da crise inflacionária e do tabelamento de preços, os estancieiros recrudesceram a estratégia de retenção de bovinos a fim de pressionar os governantes a abrir mão das intervenções nos mercados pecuários. Para honrar com os contratos na oferta de carnes, as cooperativas controladas pelos próprios estancieiros precisaram driblar essas restrições na oferta de animais e pagar um valor aos produtores acima das tabelas oficiais, de modo que suas margens de lucro decaíam. Para que os frigoríficos continuassem viáveis, era necessário que a queda na rentabilidade associada com a inflação e o congelamento de preços fosse compensada com o aumento nas escalas de abate, o que estava impedido pela oferta



restrita dos estancieiros, indispostos politicamente e muitas vezes incapazes tecnicamente para incrementar a produção de animais em seu sistema criatório<sup>8</sup> (Piccin, 2012).

O cálculo econômico patrimonial e as instituições políticas de controle de preços que constituíram a verticalização do controle estancieiro sobre a produção e a industrialização no mercado de carnes apresentaram crescente inviabilidade e induziram a falência das suas cooperativas em uma fase aguda de mudança no mercado nacional de carnes. Inicialmente, nas décadas de 1930 a 1950, os estancieiros fortaleceram-se no mercado de carnes resfriadas com o apoio estatal em financiamento e infraestrutura (Dalmazó, 1992), o que favoreceu a sua desvinculação do mercado de carne salgada – que era um produto subsidiário, determinante para a formação dos custos de reprodução da força de trabalho na economia agroexportadora brasileira (Piccin, 2012). Ao longo das décadas seguintes, a expansão do processo de industrialização e de crescimento das grandes cidades brasileiras, com demanda crescente por carnes refrigeradas, representou ciclos de preços ascendentes para o boi gordo, encontrando seu auge entre as décadas de 1960 e 1980.

No entanto, um novo cenário apresentou-se em meados da década de 1980: a desaceleração da atividade econômica no país, o crescimento da bovinocultura de corte em regiões concorrentes e a especialização de novos pecuaristas voltados à engorda de animais em mercados de qualidade diferenciada. Ao mesmo tempo, os estancieiros permaneciam com as estratégias de rigidez na oferta que impediam o alcance de novos mercados para manter as margens de rentabilidade. Ou seja, as falências das cooperativas de estancieiros ocorreram mediante a incapacidade de adaptar-se ao novo contexto nacional crescentemente competitivo e na inviabilidade política em sustentar as ferramentas institucionais que eram historicamente utilizadas no controle de preços em favor da acumulação baseada nos patrimônios extensivos.

### **Políticas regionais e articulações em torno do pacto de economia e política do agronegócio após 1995**

No Rio Grande do Sul, durante a década de 1990, foram observadas tensões econômicas e políticas que ao mesmo tempo replicavam a tendência geral em direção ao liberalismo nas escalas do global ao nacional, mas também reivindicavam presença do Estado como indutor de políticas e ações estratégicas para o desenvolvimento regional. Essas relações aparentemente contraditórias entre o *laissez-faire* e o intervencionismo estatal têm como fundamento a própria dinâmica capitalista de acumulação ampliada do capital, na qual agentes privados e poder público atuam em consórcio (Albuquerque, 2011). No contexto internacional de hegemonia das finanças, esta espécie de capital aproxima as regiões e atividades em torno da taxa média de lucro, mas aprofunda sua diferenciação em um mesmo país mediante concentração dos recursos em regiões mais competitivas, como no caso do

---

<sup>8</sup> Em traços gerais, no referido período o sistema criatório estancieiro era baseado no controle monopolista da terra (Benetti, 1994), na criação em ciclo completo com retenção do gado bovino em períodos longos, em pastoreio extensivo combinado com ovinos, onde os custos por unidade de área eram baixos em parâmetros nacionais (Mielitz Netto, 1994), e operava com máxima supressão das despesas monetárias com a força de trabalho (Piccin, 2012). Esse sistema se combinava com a verticalização estancieira no setor de abate (abatedouros e frigoríficos) e a capacidade de influir na oferta e nos preços regionais da carne (Piccin, 2014).

Sudeste brasileiro. Em face dos clamores em direção ao Estado por conta das elites econômicas de áreas menos dinâmicas para a acumulação, emergiram políticas regionais e bancos públicos em sentido de redistribuição (Albuquerque; Aued, 2007).

A agenda desenvolvimentista de elites periféricas foi observada não somente diante da estagnação nos mercados agropecuários em meados da década de 1990, mas, também, nas décadas de 1950-1960, em reação à industrialização concentrada no Sudeste. Uma de suas propostas políticas foram os fundos para desenvolvimento regional, por exemplo na criação do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul (BRDE), assim como nas orientações para ocupação de “vazios demográficos” no Centro-Oeste e Norte, além da formação de estruturas institucionais e creditícias para o Nordeste – as quais encontraram também justificativa em quadros dramáticos de pobreza ou de estiagem. Portanto, em um cenário estrutural de centralização do capital no Sudeste brasileiro, as elites das regiões menos dinâmicas no país se viram diante de uma feroz luta pelos fundos públicos. Ao reivindicarem o desenvolvimentismo e prometerem empregos à população local, muniam-se de artefatos ideológicos que transferiam simbolicamente ao mercado e ao Estado a responsabilidade por desajustes econômicos regionais e altos índices de pobreza, se isentando das responsabilidades históricas na gestação dos problemas sociais regionais (Albuquerque, 2011).

O caso sul-rio-grandense na década de 1990 é ilustrativo dessas lutas em torno da pauta desenvolvimentista. Uma série de fóruns e planos foram construídos em diferentes contextos de participação civil, empresarial e estatal, tendo a finalidade de propor novas estratégias para o desenvolvimento regional, com destaque para a criação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Corede) pelo governo estadual, em 1994. Nesses debates observaram-se os baixos níveis de crescimento econômico da porção sul em comparação com outras partes do estado mais industrializadas ou mais produtivas (Alonso; Benetti; Bandeira, 1994). A emergente categoria de “metade sul pobre” ou “atrasada” refletia por um lado a constatação concreta dos níveis mais alarmantes de pobreza nessa porção do estado, mas também a baixa competitividade encontrada pelos setores dominantes da agropecuária, especialmente pecuaristas e arroteiros, no contexto de abertura comercial e de arrefecimento da oferta pública de crédito rural (Benetti, 1997).

A Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), tradicional entidade representativa do ruralismo e das agroindústrias no RS, foi uma das instituições que procurou direcionar o debate de soluções para o atraso econômico da região, onde buscava privilegiar investimentos públicos na matriz produtiva já existente em oposição aos setores mais fortemente alinhados com uma ideia de ruptura via diversificação agropecuária, reforma agrária e industrialização no setor alimentar (Kenne, 2022). Esse foi um cenário no qual a economia estancieira defrontou crescentes limitações de rentabilidade e de legitimidade no que se refere à bovinocultura de corte e à renda da terra. Foi um momento em que o discurso desenvolvimentista acionado enquanto fração das elites regionais periféricas colhia políticas de subsídio creditício e tributário para manter as taxas de lucro no setor, mas, ao mesmo tempo, procurava contornar as reivindicações quanto à política fundiária conduzidas por movimentos populares que se direcionavam para a metade sul do estado, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Na medida em que não evoluiu para estratégias mais intensivas e/ou competitivas, o sistema criatório estancieiro acabou por conduzir à falência suas plantas de abate e processamento bovino, tendo em vista que a ociosidade desses frigoríficos servia de ferramenta institucional na defesa dos preços de venda das carnes. Após 1995, duas importantes medidas com fundos públicos em nível estadual e federal subsidiaram o novo cenário no qual os estancieiros estavam efetivamente expostos aos preços de mercado sem ferramentas próprias de intervenção: a) em nível estadual, a Lei nº 10.533 de 03 de agosto de 1995 se direcionava à recuperação de frigoríficos mediante descontos no ICMS que incidem sobre carnes de animais abatidos para o consumo interno, com estímulo para abate de bovinos jovens mediante taxas mais atrativas (Tellechea, 2001); b) em nível federal, o programa Reconvertul teve sua primeira fase entre 1996 e 1998 com R\$ 250 milhões<sup>9</sup> ofertados em linhas de crédito do BNDES, cujas taxas eram consideradas extremamente atrativas, onde 18% do total contratado voltou-se ao setor primário (sendo 40% desta fração para criação de bovinos e 11,9% para produção mista lavoura/pecuária), 47% para o secundário (sendo 6,1% do montante total para curtimento e preparações de couros, 9% para o setor alimentício incluindo frigoríficos e 31,8% para beneficiamento e fabricação de produtos de arroz) e 35% para o terciário (sendo 16,1% do total para o comércio atacadista de carnes e produtos de carnes) (Cargnin, 2014).

Essas medidas atenuavam efeitos do ajustamento estrutural da economia brasileira às normativas neoliberais<sup>10</sup> internacionais, o qual repercutia na redução do ritmo de expansão capitalista da agricultura no país com reflexos na queda de preços agrícolas e desvalorização conjuntural do preço da terra. Por outro lado, o rebaixamento nos preços fundiários facilitava a atuação do Incra na aquisição negociada de imóveis rurais junto aos proprietários, o que se refletia no acréscimo de projetos de assentamento rural constituídos a partir de 1995, momento no qual o Sudoeste sul-rio-grandense passava a figurar de maneira relevante em termos estaduais do quantitativo de aquisições de terras pela política fundiária (Da Ros, 2006).

Ao mesmo tempo, na conjuntura nacional, uma série de acontecimentos produziu um reposicionamento da reforma agrária no centro dos debates políticos do país<sup>11</sup>, o que se refletia no gradual incremento das ocupações de terras no RS, as quais passaram a priorizar

<sup>9</sup> Equivalente a R\$ 2.1 bilhões, com atualização monetária pelo IGP/DI (de 12/1996 para 01/2023), para efeitos de comparabilidade minimamente razoável das informações.

<sup>10</sup> O endividamento externo e a crise do desenvolvimentismo nas economias dependentes latino-americanas foram rearticulados em prol da acumulação financeira internacional na medida em que se adotou, no plano doméstico, uma prescrição econômica normativa neoliberal que produziu o chamado “consenso macroeconômico”, isto é, a combinação entre “rígidas políticas fiscal e monetária, elevadas taxas reais de juros e taxa de câmbio sensivelmente apreciada” (PAULANI, 2017, p. 138). De acordo com Paulani (2017) essas tendências indicam a hegemonia das finanças e de sua forma principal de funcionamento, o capital financeiro e o setor bancário-financeiro – uma orientação que, no caso brasileiro, privilegia as demandas de credores e investidores externos, sobrepondo políticas domésticas de enfrentamento da condição subalterna na economia mundial.

<sup>11</sup> Dos quais Da Ros (2009, p. 244-5) cita: “a) a repercussão nacional e internacional dos dois massacres de trabalhadores sem-terra nos municípios de Corumbiara (RO), em agosto de 1995, e Eldorado dos Carajás (PA), em abril de 1996; b) o aumento das ocupações de terras organizadas pelo MST e por diversos sindicatos e federações ligados à Contag; c) o aumento dos conflitos fundiários na região do Pontal do Paranapanema, em São Paulo; d) a realização, pelo MST, da “Marcha Nacional por Emprego e Justiça”, em 1997; e) a realização de protestos contra o governo brasileiro no exterior por entidades de apoio ao MST (Carvalho Filho, 2001; Medeiros, 2002; Pereira, 2004).”

a região metropolitana e a metade sul do estado. Diante disso, a partir de março de 1998 a atuação sindical do patronato rural via Farsul passou a adotar um novo repertório de ação coletiva que ficou conhecido como movimento “vistoria zero”, no qual os ruralistas eram convocados a bloquear fisicamente a atuação dos funcionários do Incra que conduziam recadastramentos e vistorias periódicas de imóveis rurais. O saldo dessas mobilizações foi a inovação em termos das táticas de atuação em defesa da propriedade fundiária, o que contribuiu para um redirecionamento na atuação da gestão FHC no governo federal com a redução das aquisições de terras, a não atualização das estratégias de mensuração de produtividade dos imóveis rurais, o impedimento da desapropriação de áreas ocupadas pelos sem-terra e a priorização de outros mecanismos de política fundiária mais individualizados tal como o Banco da Terra (Da Ros, 2006; 2009).

O saldo desse período foi a articulação dos grupos dominantes nos mercados da agropecuária ao modelo de economia e sociedade mais geral em vigência no país, isto é, no sentido de especialização regressiva através de um pacto do agronegócio. A metade sul do RS passou por uma gradual reestruturação produtiva no sentido de assimilar os processos mais gerais de incremento na produção primária orientada às exportações, o que representa tanto uma recorrência com o processo nacional quanto uma demanda específica das classes organizadas por instituições patronais tal como a Farsul. Em última instância, um processo que não é apenas determinado pelas tendências globais e nacionais, pois ele é também negociado e regulamentado com participação e em prol de grupos localmente dominantes (Kenne, 2022).

A pesquisa de Kenne (2022) aponta concretamente algumas das articulações políticas que as representações patronais rurais acionaram em diferentes espaços e de forma contínua a fim de: a) disputar regulamentações que permitiram e incentivaram a expansão do mercado da soja no sudoeste do RS, envolvendo pesquisa agropecuária e permissividade na supressão de campos nativos do bioma Pampa; b) promover intervenções de política tarifária para manter as margens de lucro na cadeia produtiva do arroz; c) dificultar processos desapropriatórios para fins de reforma agrária.

Em uma temporização de alguns marcos referentes ao período entre os anos de 1990 e 2020, a autora supracitada destaca as seguintes ações promovidas direta ou indiretamente pela Farsul: i) a promoção de um movimento dos arroteiros em torno da Federação das Associações de Arroteiros do Rio Grande do Sul (Federarroz), criada em 1989, lado a lado com o direcionamento político do Instituto Rio-grandense do Arroz (Irga); ii) pressão pela reorientação de projetos de pesquisa e investimentos na Embrapa em prol da soja para a exportação e em detrimento do milho voltado para a autossuficiência no mercado interno; iii) o direcionamento de organizações estatais a exemplo do Irga, da Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro) e da Emater-RS em prol da regulamentação, desenvolvimento e difusão de tecnologias de transgênicos; iv) contraposição à reforma agrária por meio da não elevação de índices mínimos de lotação pecuária cancelados por uma comissão especial montada em 1998 via audiência pública na Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados; v) intervenções na secretaria estadual de meio ambiente e na assembleia legislativa no sentido de flexibilizar a obtenção de licenciamento e “autolicensing” no uso de Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal em áreas de pecuária, além de facilitação para a supressão e reconversão da vegetação natural do

pampa em lavouras, assim como na pulverização de agrotóxicos em áreas de Unidades de Conservação de uso sustentável; vi) não remoção de barreiras tarifárias para importações de arroz no contexto da pandemia de Covid-19, que privilegiou duplamente os arrozeiros na medida em que apreciou o produto no mercado interno ao mesmo tempo em que beneficiava a competitividade externa no contexto de elevação do dólar em relação ao real (Kenne, 2022).

Portanto, as mudanças recentes nos mercados agropecuários do sudoeste do RS passam também por uma série de intervenções sobre legislações, instituições e regulamentações, com especial atuação da Farsul voltada ao governo estadual e instituições federais no sentido da inserção da cultura da soja na região e da supressão e reconversão de pastagens naturais em lavouras. O direcionamento de recursos estatais em prol da elevação dos níveis produtivos contribuiu para que os setores estancieiros e lavoureiros superassem alguns dos problemas que enfrentavam nas décadas anteriores e usassem em seu favor o novo cenário macroeconômico e internacional: a) aumentou sua competitividade em face da integração regional no Mercosul, b) qualificou os empresários rurais a participarem e obterem ganhos nos processos de *boom* das commodities e reprimarização das exportações brasileiras, c) recuperou a legitimidade econômica em relação às críticas de atraso e baixa competitividade. Ao mesmo tempo, esse modelo tem sustentado a retomada de antigas críticas ao subdesenvolvimento e gerado novos questionamentos em diversos âmbitos da sociedade civil acerca da desigualdade fundiária, dos baixos índices de desenvolvimento humano, da ameaça aos territórios e existências de povos e comunidades tradicionais e dos problemas ambientais associados às mudanças agrícolas recentes (Kenne, 2022).

Essas tendências podem ser ilustradas com dados sobre a utilização das terras pelos estabelecimentos agropecuários do Sudoeste rio-grandense (tabela 01). Em termos absolutos, ao longo do período de 1995 a 2017, notamos que a categoria cuja variação foi mais relevante refere-se às ‘pastagens naturais’, com redução de 526 mil ha. Destacamos que esse tipo de utilização remete aos ecossistemas característicos do bioma Pampa, na associação entre espécies campestres e manejo pecuário. Apesar das rápidas mudanças no uso da terra, a categoria permanece como a mais relevante e converge com os dados da Pesquisa Pecuária Municipal em relação à estabilidade do rebanho bovino até pelo menos o ano de 2017 – quando se inicia uma queda mais abrupta, como veremos adiante. De todo modo, isso indica que houve aumento na disputa pelas áreas de campos nativos a fim de reconvertê-las em terras agrícolas, tendo em vista que as três categorias de área utilizada que apresentaram maior evolução, entre 2006 e 2017, envolvem a substituição e redução da cobertura campestre: ‘lavouras temporárias’ (445.588,14 ha), ‘pastagens plantadas’ (192.266,02 ha) e ‘matas e florestas artificiais’ (107.771,26 ha).

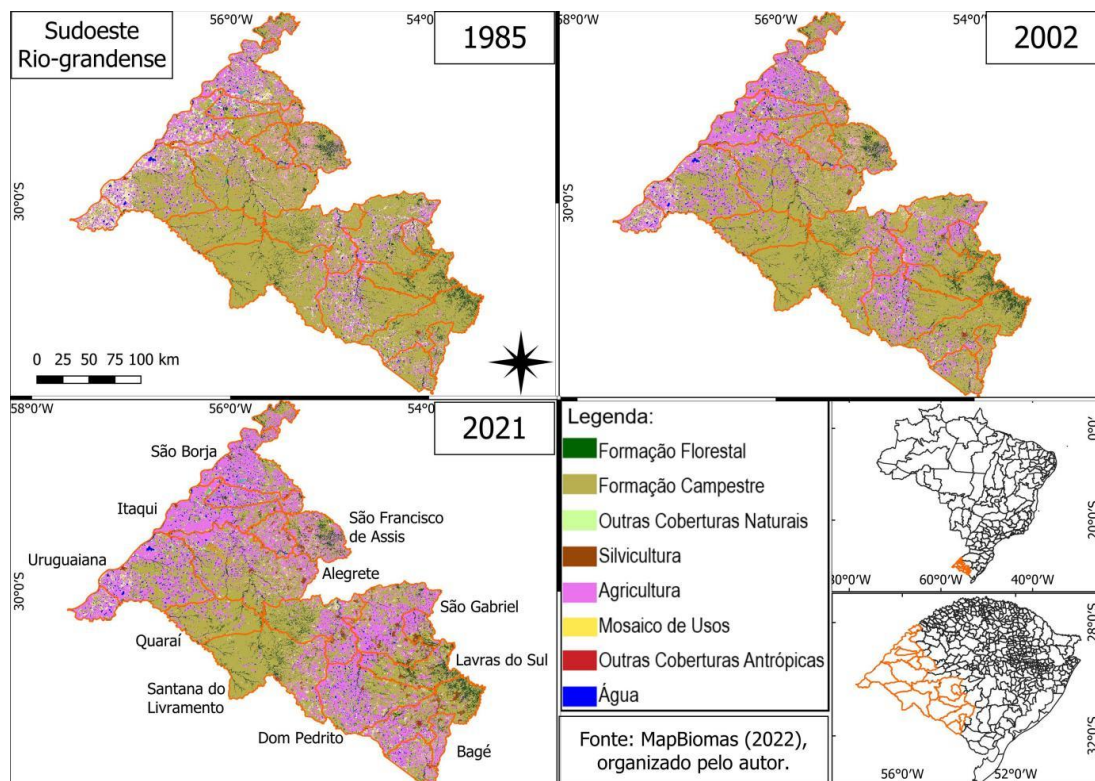
**Tabela 01: Área dos estabelecimentos agropecuários segundo a utilização das terras na data de referência no Sudoeste rio-grandense, 1995, 2006 e 2017**

<b>Utilização das terras*</b>	<b>31 dez. 1995 (ha)</b>	<b>31 dez. 2006 (ha)</b>	<b>30 set. 2017 (ha)</b>
Lavouras permanentes	6.850,90	10.204,00	4.794,00
Lavouras temporárias	776.338,86	891.764,00	1.221.927,00
Pastagens naturais	3.804.310,42	3.111.812,00	3.278.283,00
Pastagens plantadas	425.342,98	362.322,00	617.609,00
Matas e florestas naturais	259.523,35	234.838,00	296.662,00
Matas e florestas artificiais	37.369,74	71.233,00	145.141,00
Terras inaproveitáveis	216.863,12	200.582,00	248.917,00
<b>Total</b>	<b>5.526.599,37</b>	<b>4.882.755,00</b>	<b>5.813.332,00</b>

\* As categorias de utilização das terras dos diferentes censos foram agrupadas em relação às de 1995 de acordo com as orientações do IBGE. Com exceção da categoria “Sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastoreio por animais” que não foi somada às ‘Pastagens naturais’ e sim às ‘Matas e florestas artificiais’ por entendermos que representam os típicos “capões de mato” de eucalipto que são plantados esporadicamente em meio aos campos no Sudoeste-RS para obter sombra aos rebanhos.

Fonte: Censos Agropecuários de 1995/96, 2006 e 2017. Adaptado pelo autor.

Quanto ao mapa baseado no processamento de imagens de satélite (figura 01), vale atentar para o forte incremento das áreas de ‘agricultura’ após 2002, que aparecem em tons rosados nas imagens mais recentes de boa parte da mesorregião, embora sua presença já fosse mais importante em algumas zonas desde o início da série. Consideramos válido lembrar que essas áreas agrícolas dos mapas frequentemente envolvem o manejo pecuário em período de inverno, sinalizando para importantes movimentações sazonais dos rebanhos.

**Figura 01: Cobertura e uso da terra na mesorregião Sudoeste Riograndense, 1985, 2002 e 2021**

Obs.: descrição completa da metodologia aplicada na Coleção 7 do MapBiomias pode ser acessada em <https://mapbiomas.org/download-dos-atbds>

Fonte: mapas de cobertura e uso adaptados de Mapbiomas (2022); mapa da microrregião elaborado por Raphael Lorenzeto de Abreu (2006), sob licença Creative Commons Attribution 2.5 Generic.

### Ajustes no padrão de acumulação estancieiro em reforço ao rentismo da terra

Embora tenham sido observadas condições historicamente mais restritivas para a bovinocultura de corte entre 1989 e 1996 no que se refere ao contexto inflacionário, à oferta de crédito subsidiado, aos preços reais pagos ao produtor e à crise internacional no mercado de lã – que atingiu os pecuaristas possuidores de bovinos junto a ovinos no Rio Grande do Sul –, isso não significou um desaparecimento dos setores da economia estancieira especializados na produção extensiva com baixo desempenho tecnológico.

Os estudos de Miguel et al. (2007), Massuqueti e Ribas (2008), Andreatta (2009) e Aguinaga (2009), sugerem a existência de estabelecimentos patronais com pecuária extensiva que combinam às criações bovinas outras fontes de renda não-agrícola e de arrendamento, o que lhes permitiu obter rendimentos suficientes para manter-se na atividade mesmo diante das restrições já destacados. Aguinaga (2009) observou que entre os dois perfis de pecuaristas entrevistados na região da Campanha onde a bovinocultura de corte é a atividade principal, a superfície média de área possuída era de 850 ha e 1.536 ha, mas, respectivamente, cerca de 60% e 87% de sua renda total era proveniente de outras fontes não oriundas da atividade agropecuária, o que inclui arrendamentos, salários, aposentadorias e outros rendimentos.

Consideramos que essas constatações convergem com nossas análises acerca do padrão de acumulação historicamente constituído na economia estancieira, baseado na

concentrada estrutura de propriedade e posse da terra em um contexto de desenvolvimento desigual do capitalismo em uma economia dependente no contexto mundial. As limitantes à acumulação observadas durante a década de 1990 referem-se às mudanças no padrão de competitividade nacional em bovinocultura de corte, ao choque no mercado mundial de ovinocultura de lã, na reconfiguração e concentração da propriedade da indústria nacional de frigoríficos e na estagnação conjuntural da demanda por terras para arrendamento. Essas mudanças provocaram temporariamente uma redução da rentabilidade obtida com a pecuária e com os imóveis rurais. No entanto, as continuidades em termos de concentração da propriedade da terra e da rigidez frente às políticas de reforma agrária garantiram que a economia estancieira se beneficiasse de um novo ciclo de apropriação de recursos, a partir dos anos 2000, conforme os ajustes na política macroeconômica, os estímulos setoriais para a agropecuária e a expansão nos mercados de commodities e da renda da terra a eles associada.

Enquanto ocorriam relevantes ajustes na base técnica da bovinocultura de corte e na política macroeconômica do país – com prioridade para exportações de produtos primários e sem promover redistribuição significativa da estrutura fundiária –, uma conjunção de fatores domésticos e internacionais favoreceu o crescimento da produção e o reposicionamento no mercado externo da pecuária bovina de corte brasileira: a) países concorrentes enfrentavam problemas sanitários e limites para a expansão da produção; b) aumentava o poder aquisitivo das classes trabalhadoras, crescia o consumo doméstico de carne bovina e caía a taxa de desemprego; c) avançavam o desmatamento e a fronteira pecuária em direção às áreas de cerrados e floresta amazônica lado a lado com o incremento na demanda por terras agrícolas em zonas ocupadas há mais tempo no Sul, Sudeste e Centro-Oeste; d) acelerava-se a concentração e centralização de capital no setor de processamento de carnes, com o surgimento de uma nova geração de empresas nacionais que conquistam espaço mundial.

Em uma análise conjuntural sobre a bovinocultura de corte brasileira no período, o diretor da empresa de consultoria FNP, José V. Ferraz (2014), observou a rentabilidade dos sistemas extensivos de cria, recria/engorda e ciclo completo, entre 2001 e 2013, concluindo que o retorno médio sobre o investimento foi de 1,9%, ficando abaixo da rentabilidade em aplicações conservadoras como a poupança, especialmente no período 2003-2006 – desde que desconsiderados os ganhos patrimoniais envolvidos na enorme valorização das terras brasileiras no referido recorte temporal. Em paralelo, foi observado um ganho de produtividade em compasso mais acelerado nas lavouras, de modo que a pecuária extensiva precisaria obter o triplo da rentabilidade média em kg de carne por hectare a fim de tornar-se equivalente à agricultura. Por sua vez, a valorização das terras de pastagem, especialmente quando convertidas em terras de aptidão agrícola, gerou ganho patrimonial muito significativo, onde cerca de 10 milhões de hectares foram convertidos no país entre 2009 e 2013, sendo 1,5 milhão deles somente no estado de Mato Grosso (Ferraz, 2014).

O cenário macro da pecuária e da agricultura brasileira entre as décadas de 1990 e 2000 teve efeitos no sistema criatório estancieiro. A bovinocultura de corte crescia horizontalmente em sistemas produtivos de baixa rentabilidade, porém em larga escala territorial, em direção ao Norte do país. No Centro-Oeste e no Sudeste os melhoramentos no manejo das pastagens e nas estratégias de confinamento e semiconfinamento elevavam sua produtividade. Esses fatores pressionavam o sistema criatório estancieiro a incorporar novas



áreas para seguir rentável, caso quisesse manter inalterada a técnica de produção extensiva. Ao mesmo tempo, as terras com potencial agrícola se valorizavam nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, o que inviabilizava o custo necessário para a expansão horizontal da criação bovina.

Nesse contexto, ao longo dos anos 2000, sobretudo de 2002 a 2007, ocorreu um comportamento de intenso abate de fêmeas reprodutoras na pecuária bovina de corte no Rio Grande do Sul. Piccin (2012) considera que esta é uma evidência da sensibilidade do cálculo econômico dos estancieiros aos ciclos pecuários, na medida em que os custos de manutenção do estilo de vida são adicionados como parte integrante do investimento em agropecuária. Ou seja, ao invés de operar uma contabilidade que separa os custos familiares dos custos da empresa, os estancieiros já partem de um cálculo de gastos que envolve seu padrão de consumo, ao invés de considerar somente os custos da firma tal como em um cálculo empresarial. Em outras palavras, o abate de fêmeas é uma lógica de descapitalização que não se deve a uma opção empresarial de desinvestimento, mas que atende a um cálculo específico de manutenção dos padrões de consumo de elites agrárias que obtêm rendimentos da pecuária extensiva, onde a liquidez nas fases intermediárias dos bovinos é uma maneira mais rápida para obter dinheiro em comparação com a realização de lucro com o giro da mercadoria.

Portanto, entre as opções de investir na intensificação da pecuária de corte ou arrendar suas terras para agricultores que encontravam margens de rentabilidade cada vez mais elevadas, foi mais comum a tendência de redução na atividade pecuarista em prol do incremento em outras fontes de renda, tal como as oriundas da locação da terra para lavoureiros. O abate de fêmeas reprodutoras coincide com a desativação total ou parcial da atividade pecuarista dos estabelecimentos rurais que são arrendados – ou eventualmente vendidos – tendo em vista a procura por maiores rendimentos com baixo risco e pouco envolvimento direto com a atividade produtiva.

Desse modo, as transformações produtivas em curso e a relação delas com a bovinocultura de corte deixam em aberto diferentes opções para os proprietários de largos patrimônios fundiários e animais. Os estancieiros podem arrendar ou vender a terra em partes ou na sua totalidade, assim como internalizar gradualmente o cultivo de lavouras, ou ainda combinar-se com a produção agrícola conduzida pelo arrendatário no verão. De mesmo modo, no que se refere às fases da pecuária bovina de corte, temos situações onde os estabelecimentos com ciclo completo podem desfrutar de áreas com pastagem de inverno para a etapa de engorda, ou então podem abrir mão das fases finais de recria e terminação em benefício de uma especialização na etapa de cria, utilizando-se de áreas menores da propriedade que não foram cedidas em arrendamento.

Mas, de um modo geral, a tendência mesorregional verificada em longa duração e de forma mais aguda no caso de São Gabriel é de que os estancieiros tornam-se menos relevantes no conjunto da produção bovina de corte, seja do ponto de vista do controle da indústria frigorífica, que foi perdido durante a década de 1990, ou do controle sobre as fases da criação bovina, que vai se restringindo principalmente à etapa de cria a partir dos anos de 2000 e 2010. Em certa medida ocorre o mesmo processo com a posse da terra, frequentemente cedida em arrendamento, e, mais eventualmente, vendida para produtores cuja principal atividade são as lavouras, os quais também se apropriam das fases finais da engorda bovina, antes controladas por estancieiros com pecuária em ciclo completo.

Ainda assim, as fontes censitárias e empíricas a que tivemos acesso não nos permitem estabelecer com precisão qual é a porcentagem das terras e da bovinocultura que atualmente estão sob controle estancieiro, inclusive porque uma parcela desse grupo social foi capaz de internalizar a lavoura como atividade dos seus estabelecimentos. Uma forma aproximativa quanto a essa informação se trata do cruzamento de dados fornecido pelo Censo Agropecuário do IBGE de 2017 quanto aos grupos de atividade econômica frente aos grupos de área total e a condição legal das terras, conforme tabela 02.

**Tabela 02: Área dos estabelecimentos agropecuários por condição legal das terras, grupos de atividade econômica e grupos de área total no Sudoeste Rio-Grandense, 2017**

Grupos de atividade econômica	Grupos de área total	Condição legal das terras (ha)							
		2017							
		Total*	%	Próprias	%	Arrendadas	%	Parceria*	%
<b>Total</b>	<b>De 0 a menos de 100 ha*</b>	404.768	7,0	262.093	4,5	61.080	1,1	10.429	0,2
	<b>100 a menos de 200 ha</b>	289.990	5,0	192.688	3,3	79.393	1,4	7.581	0,1
	<b>200 a menos de 500 ha</b>	799.098	13,7	536.831	9,2	227.609	3,9	13.164	0,2
	<b>500 a menos de 1.000 ha</b>	1.196.924	20,6	810.868	14,0	323.599	5,6	26.287	0,5
	<b>1.000 ha e mais</b>	3.122.552	53,7	2.263.872*	38,9	696.414*	12,0	84.021*	1,4
	<b>Total</b>	5.813.332	100	4.107.670	70,7	1.369.763	23,6	121.233	2,1
<b>Produção de lavouras temporárias</b>	<b>De 0 a menos de 100 ha*</b>	83.843	1,4	38.993	0,7	14.991	0,3	2.179	0,0
	<b>100 a menos de 200 ha</b>	66.249	1,1	26.088	0,5	34.458	0,6	3.051	0,1
	<b>200 a menos de 500 ha</b>	234.908	4,0	106.344	1,8	114.943	2,0	7.287	0,1
	<b>500 a menos de 1.000 ha</b>	439.391	7,6	229.962	4,0	172.092*	3,0	18.266	0,3
	<b>1.000 ha e mais</b>	1.457.948	25,1	945.167	16,3	440.919*	7,6	31.293	0,5
	<b>Total</b>	2.282.335	39,3	1.346.554	23,2	785.628	13,5	74.886	1,3
<b>Pecuária e criação de outros animais</b>	<b>De 0 a menos de 100 ha*</b>	313.499	5,4	218.006	3,8	45.378	0,8	6.990	0,1
	<b>100 a menos de 200 ha</b>	220.146	3,8	163.830	2,8	44.607	0,8	4.530	0,1
	<b>200 a menos de 500 ha</b>	559.651	9,6	427.255	7,4	111.748	1,9	X	X
	<b>500 a menos de 1.000 ha</b>	751.044	12,9	575.707	9,9	150.002	2,6	8.021	0,1
	<b>1.000 ha e mais</b>	1.546.067**	26,6	1.243.517*	21,4	226.150*	3,9	X	X
	<b>Total</b>	3.400.580	58,5	2.653.784	45,7	577.885	9,9	43.874	0,8

\* A informação encontra-se parcialmente inibida em função das políticas de privacidade do IBGE para não permitir a identificação de informantes. As categorias mais frequentemente afetadas foram as de estabelecimentos com menos de 5 ha, para 'proprietários' e 'arrendatários', e o conjunto das classes de área para a categoria de 'em parceria' e 'ocupantes'.

\*\* Os valores encontravam-se parcial ou totalmente inibidos. Obteve-se um valor aproximado com base na subtração dos dados totais da classe de área menos os dados disponibilizados sem inibição. Por exemplo, na classe de '500 a menos de 1.000 ha' havia 323.559 há totais de área arrendada, sendo que 150.002 eram do grupo 'pecuária' e os restantes estavam inibidos e pertenciam aos grupos 'lavoura temporária', 'horticultura e floricultura' e 'florestas plantadas'. Mas, sabia-se que a área total de 'florestas plantadas' era de 3.205 ha e que a área total de 'horticultura e floricultura' não poderia ser maior que 2.284 ha, o que nos permitiu obter um valor aproximado da área de 'lavoura temporária' em 172.092 ha.

X: o IBGE ocultou o valor para não identificar o informante.

Fonte: elaborado pelo autor com base no Censo Agropecuário de 2017.

Quanto aos dados do grupo de atividade 'produção de lavouras temporárias' notamos que a sua superfície total soma 2.282.335 ha e supera a área total de outra variável disponibilizada pelo Censo, quanto à 'utilização das terras' com 'lavoura temporária', que registra 1.221.927 ha. Além da questão relativa à forma de contagem dos 'grupos de atividade

econômica' pelo IBGE, construímos outras duas interpretações para essa informação discrepante: a) a primeira é que a data de referência em 30 de setembro de 2017 não captura com precisão o conjunto de áreas cultivadas com lavoura temporária, tendo em vista que a temporada do plantio de arroz e de soja avança aos meses seguintes; b) a outra interpretação diz respeito às características dos produtores de lavoura temporária, que foram obtidas no trabalho de campo, onde é frequente a combinação de lavouras no verão e pastagens no inverno, inclusive em arrendamentos de “ano fechado” onde as terras permanecem com o arrendatário durante o ano inteiro e são usadas para engorda bovina em pastagem cultivada no inverno. Existem ainda os casos em que o produtor especializado em lavouras também possui áreas com pastagens de verão para dar seguimento à engorda dos bovinos após a época de safra entre setembro e outubro, de modo a encontrar momentos de melhor precificação dos animais. Portanto, trata-se de produtores que frequentemente obtêm seus rendimentos da combinação entre lavoura temporária e pecuária de engorda.

Por outro lado, a superfície total dos estabelecimentos classificados pela atividade de ‘pecuária e criação de outros animais’ corresponde a 3.400.580 ha e se aproxima do somatório de áreas sob utilização com ‘pastagens naturais’, que contava 3.278.283 ha em 2017 (conforme Tabela 01). Também nesse caso os estabelecimentos possuem utilização das terras com outros fins que não sejam sua especialidade: a pecuária em campos nativos. Uma dessas utilizações se trata das pastagens cultivadas, que somam 617.609 ha e provavelmente estão divididas com os estabelecimentos voltados às lavouras temporárias. Além disso, o Censo Agropecuário 2017<sup>12</sup> também informa que 2.841 estabelecimentos (15,2%) do grupo de atividade ‘pecuária e criação de outros animais’ cultivaram por sua conta um total de 56.431 ha de lavoura temporária, sendo que uma parcela de apenas 275 deles (1,68%) cultivou 32.086 ha, com soja, e 109 estabelecimentos plantaram arroz, mas sua área não está disponível para consulta. Isso indica que os estabelecimentos onde o valor da produção é mais importante na pecuária dedicam uma ínfima superfície às lavouras realizadas por conta própria, que chega em média a 1,65% da área total da sua categoria. É mais provável que o restante da produção diversificada de lavoura temporária, para além de soja, arroz e eventualmente milho (para silagem ou grãos), se refira aos cultivos do pessoal residente. Isto é, os empregados e agregados de estâncias, tendo em vista que o Censo 2017 não abriu um novo questionário para registrar a produção/criação destes, os quais foram contabilizados separadamente enquanto estabelecimentos de ‘produtor sem área’, no Censo de 2006, ou então eram recenseados via questionário reduzido para fins de registro (não sendo considerado um novo estabelecimento) nos censos anteriores.

Essa especialização dos estabelecimentos pecuaristas endossa as análises de Piccin (2012) sobre as dificuldades na reconversão social de estancieiros pecuaristas em direção a trajetórias enquanto produtores de lavouras, o que envolve não apenas conhecimentos técnicos, mas as formas de calcular e de se comportar diante dos negócios rurais. A integração da criação de animais em relação às áreas cultivadas com lavouras tende a acontecer, por parte dos pecuaristas, mais frequentemente sob a modalidade de arrendamento de “ano aberto”, na qual o lavoureiro entrega ao proprietário as áreas no outono com pastagens de

---

12 Tabela 6957 - Produção, Valor da produção, Venda, Valor da venda e Área colhida da lavoura temporária nos estabelecimentos agropecuários, por tipologia, produtos da lavoura temporária, condição do produtor em relação às terras e grupos de atividade econômica.

inverno em desenvolvimento, após a colheita de soja. Essa característica do grupo pecuarista especializado não quer dizer que inexista diferenciação interna entre os produtores, além de mudanças nas suas técnicas de produção e no enfoque de suas criações que tem sido mais voltado à fase de cria em detrimento do ciclo completo. De todo modo, as evidências continuam a indicar que a transformação de estancieiros em lavoureiros segue sendo uma dinâmica pouco recorrente.

### **“Corrida global por terras” e suas expressões nos preços fundiários da região da Campanha**

Consideramos que entre as décadas de 2000 e 2010 temos novos fatores e novos agentes incorrendo na disputa pela apropriação e controle de terras. As aquisições de terras via Incra, reivindicadas nas lutas por terra, encontram desafios cada vez maiores para se concretizar na medida em que os preços se elevam com a demanda de grandes empresas do setor de celulose e a progressiva expansão das lavouras de soja. Ao passo em que essa última tendência avançou para a década de 2010, percebe-se um crescente interesse de diversificação do patrimônio e dos ingressos monetários por parte de proprietários locais que não possuíam imóveis rurais até então, os quais visualizam na compra de terras para revenda e/ou arrendamento uma forma de investimento.

O incremento na busca por terras no Sudoeste do RS a partir dos anos de 2000 está em linha com o cenário complexo que se apresenta na virada para o século XXI e que provoca uma disputa territorial em termos globais. O cenário envolve: a) o incremento na demanda e no comércio de commodities por países como a China e a Índia que tende ao aumento de fronteiras agrícolas, b) o maior interesse do mercado financeiro por commodities e inclusive por terras que passam a ser vistas como ativos financeiros, c) a busca de alternativas energéticas (agrocombustíveis) que rivaliza no uso das terras para produzir alimentos e com a expansão territorial do setor de celulose (Castro; Sauer, 2017; Flexor; Leite, 2017; Lerrer; Wilkinson, 2016). Essa conjuntura também é conhecida como “corrida global por terras”, uma dinâmica que envolve variados interesses tal como de Estados, empresas estatais e capitais privados, de países diversos, orientados para terras produtivas em uso ou potencialmente cultiváveis, a partir de 200 ha (em termos de escala), em um contexto de aumento nos preços globais de alimentos (Wilkinson, 2017) e de preocupações sobre recursos fundamentais como terra e água para a crescente população mundial. Tais agentes se lançam sob diferentes estratégias de apropriação e controle em direção a “um ativo historicamente deixado nas mãos de atores tradicionais” (Wilkinson, 2017, p. 12).

Quando observado em termos de paralelos históricos, o tema do *land grabbing* ou apropriação de terras não é uma novidade do século XXI, pois pode ser visto em uma larga quantidade de exemplos nos processos de colonização empreendidos ao longo dos últimos séculos por países como Portugal, Espanha, Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Japão, Estados Unidos e Israel, entre outros; ou na contínua grilagem de terras públicas ou pertencentes a populações desprovidas de direitos de propriedade, como é recorrente na história agrária brasileira (Wilkinson, 2017). Outro termo que tem caracterizado os processos recentes de maior interesse por parte do capital financeiro e do capital estrangeiro é o de “controle de terras”, um conceito que permite abordagem mais ampla para as maneiras como

a terra não somente é apropriada diretamente, mas controlada por mecanismos que ofuscam e ocultam o papel desempenhado pelas empresas efetivamente controladoras, além de tentar evitar complicações jurídicas e diante da opinião pública relacionadas com a propriedade direta por estrangeiros (Siviero Vicente; De Barros Junior; Dulci, 2021).

Nesse contexto temos múltiplos atores em busca de terras, sejam eles nacionais ou estrangeiros, estatais ou privados, financeiros ou agropecuários; além de múltiplos arranjos e formas híbridas que os articulam na apropriação e controle de recursos fundiários. São exemplos dessa dinâmica os fundos de investimentos estrangeiros que se utilizam de estruturas jurídicas nacionais, tais como *joint venture* e *private equity*, as quais são legalmente as proprietárias, mas que ofuscam a hierarquia de controle dos ativos e de apropriação dos rendimentos por parte dos gestores de ativos que direcionam os recursos a investidores exclusivos ou *pools* de investidores com capital de origem estrangeira. As evidências apontam que esse tipo de estrutura financeira controladora comumente combina o investimento em terras enquanto ativo financeiro com expectativa de valorização ao lado do investimento produtivo em agricultura (ou em extração de recursos naturais de um modo mais geral), isto é, frequentemente um depende do outro, combinando lógica financeira especulativa e resultados produtivos de modo a capturar rendimentos recorrentes produzidos em território nacional (Siviero Vicente; De Barros Junior; Dulci, 2021).

Uma das expressões da corrida global por terras que ganhou repercussão na metade sul do Rio Grande do Sul nos anos 2000 se refere aos investimentos em silvicultura por empresas do setor de celulose, sobretudo no plantio de monocultivos de eucaliptos em larga escala. Esses ocorreram pela convergência entre dois processos: a) por um lado o potencial de maior rentabilidade nos investimentos da indústria de celulose em países do Cone Sul, o que colocou o Brasil como um dos seus principais alvos (Lerrer; Wilkinson, 2016); b) e por outro os debates sobre investimentos e estímulos do poder público para superar os baixos índices de desenvolvimento econômico e social da metade sul do RS, dentre os quais vislumbrou-se um potencial da região como alvo para investimentos de grandes empresas nacionais e estrangeiras do setor de celulose (Barcelos, 2012).

O estímulo à silvicultura no Rio Grande do Sul recebeu impulso com o Decreto n. 43.493 de 2004, que estabeleceu o Comitê Gestor para o Arranjo Produtivo de Base Florestal do estado. Esse comitê, composto por uma variedade de entidades governamentais e não governamentais, representou um esforço coordenado para promover a cadeia produtiva florestal, com destaque para programas como o Exporta-RS e o Programa de Financiamento Florestal Gaúcho. As grandes empresas do setor, incluindo Aracruz Celulose, Votorantin Celulose e Stora Enso, demonstraram interesse em investir na região sul do estado, o que foi corroborado pelo apoio de uma "bancada da celulose" na assembleia legislativa (Barcelos, 2012). As projeções da ABP Florestal, aliadas ao interesse de tais empresas, acarretavam na diversificação potencial e real das fontes de renda para proprietários de terras, impulsionando os preços fundiários na região.

Os investimentos das empresas de celulose, papel, silvicultura e das gestoras de ativos em terras gaúchas representaram um novo panorama agrícola e fundiário no estado. A Stora Enso, por exemplo, tinha planos de adquirir 100 mil hectares, quando entre 2006 e 2008 a empresa deu início às aquisições via contratos de compra e venda em áreas que somavam 46 mil ha (Lerrer; Wilkinson, 2016). Da mesma forma, a HMC, uma gestora de fundos associada

à Universidade de Harvard, investiu em terras no RS por meio de empresas locais e estratégias opacas frente à legislação fundiária (Siviero Vicente, 2020). Esses planos e empreendimentos deram um pontapé inicial para o desenvolvimento da silvicultura na metade sul do estado, ao mesmo tempo em que foram alvo de críticas por parte de movimentos sociais, ONGs e órgãos públicos devido a preocupações ambientais e à concentração de terras por empresas estrangeiras. Essas críticas levaram a debates sobre zoneamento florestal e limitações legais para investimentos estrangeiros em terras brasileiras (Binkowski, 2009; Rocha et al., 2020).

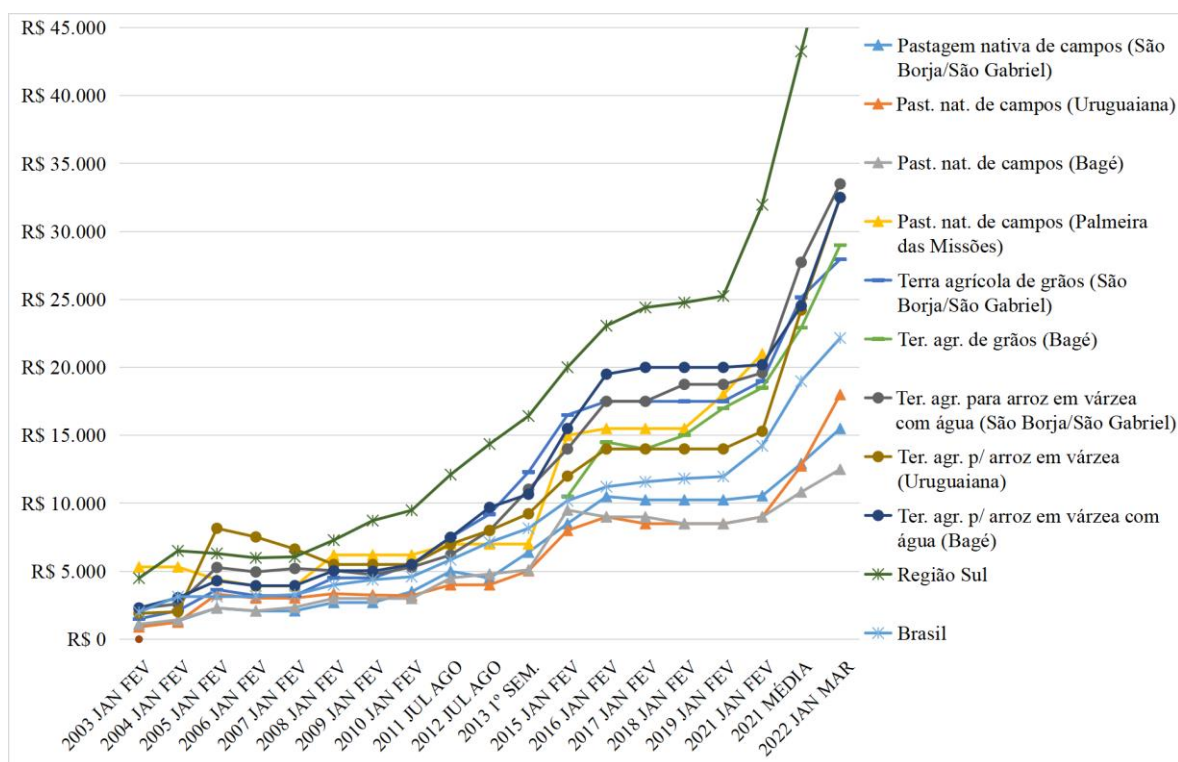
Ainda que a estrangeirização da propriedade de terras seja um dos fatores envolvidos nos processos de apropriação e controle de territórios, é um conceito que não capta a totalidade do fenômeno de valorização das terras. Este inclui o avanço de empresas fundiárias e agrícolas nacionais como fator permanente (com altos e baixos) na formação de “expectativas de alta dos preços dos ativos fundiários, especialmente em áreas com maior inelasticidade na oferta de terrenos apropriados para as grandes lavouras.” (Flexor; Leite, 2017, p. 28-9) – numa definição que em boa medida converge com o caso do sudoeste do RS, cuja fronteira de terras estava plenamente ocupada pela forma jurídica da propriedade privada, porém ainda havia enorme potencial para expansão agrícola sob seus campos. Além disso, Flexor e Leite (2017) reconhecem que, em decorrência da falta de dados mais sólidos e abrangentes sobre o controle de terras por estrangeiros, é difícil afirmar categoricamente que o movimento de estrangeirização tenha agido de forma direta e exclusiva sobre o mercado de terras.

Os interlocutores de nossa pesquisa (pecuaristas, gestores públicos e corretores rurais) consideram que a demanda por terras para silvicultura, concretizada entre 2003 e 2009, foi um importante impulso em um extenso ciclo de valorização que se seguiu desde então. Segundo dados georreferenciados do MapBiomas (2022), a silvicultura nos municípios do Sudoeste gaúcho partiu de 8.620 hectares em 2006 para 86.790 hectares em 2021, ficando aquém das expectativas. As empresas do setor de celulose não concluíram os planos de expansão da área cultivada com eucaliptos e de construção de plantas industriais para produção de celulose na região da Campanha, deslocando-se em maior medida para a região Centro-Oeste (Mato Grosso do Sul) e Norte (Maranhão e Piauí) do Brasil (AgraFNP, 2010). Aparentemente esse processo de demanda estrangeira e do setor de celulose por áreas na metade sul do estado não teve continuidade, de modo que os acréscimos na procura por terras após 2010 devem-se principalmente a investimentos nacionais mais pulverizados em busca de áreas para cultivar soja ou obter rendimentos via arrendamentos e/ou revenda de imóveis rurais.

Nesse sentido, a análise do comportamento dos preços das terras agrícolas e de pastagem nativa no Sudoeste do Rio Grande do Sul, entre 2003 e 2022, contribui na observação concreta dessas tendências. Ao observar o gráfico 01, que detalha os preços nominais das terras na região, percebe-se que eles acompanham a tendência geral observada na região Sul e no país ao longo do período. Esses dados refletem sequências de estabilidade e valorização dos preços, sem desvalorizações (excetuando casos pontuais), mesmo diante das variações intensas nos preços das commodities agrícolas e das perspectivas oscilantes de expansão regional da silvicultura.

Em particular, as terras no Sudoeste do RS com aptidão para grãos (arroz e soja) registraram um aumento médio de 1.322,48% (66,12% a.a.), enquanto as áreas de pastagem nativa também acumularam uma valorização significativa de 1.155,11% (57,75% a.a.). No mesmo período a oscilação média nacional foi de 55,37% a.a., incluindo todas as aptidões e regiões. Vale notar que, segundo dados públicos do Banco Central<sup>13</sup>, a inflação acumulada entre janeiro de 2003 e janeiro de 2022, de acordo com o índice IGP-DI (FGV), foi de 310,1%, ou 15,5% a.a.; enquanto a correção de valores pela taxa de juros básicos da economia brasileira, de acordo com a Selic, foi de 636,96%, ou 31,84% a.a para o mesmo período.

**Gráfico 01: Preços nominais das terras agrícolas e de pastagem nativa no Brasil, Região Sul e microrregiões selecionadas do Rio Grande do Sul (R\$/ha), 2003-2022**



Fonte: Instituto FNP (2005; 2006; 2007; 2008; 2010; 2012; 2013; 2014; 2018; 2019; 2022), organizado pelo autor.

Além disso, no que se refere ao Sudoeste do RS, observa-se um crescimento no diferencial de preços entre terras agrícolas e terras de pastagem nativa. Se em 2003 cada hectare em áreas agrícolas custava em média 1,92 vezes mais que um de campo nativo, em 2022 o diferencial aumenta para 2,06 vezes. Essas áreas de pastagens nativas permaneceram mais baratas do que as terras de mesmo tipo no norte do estado, tomando como referência o município de Palmeira das Missões com o valor de R\$ 21.000,00 ao hectare no último registro da área feito em 2021. No entanto, o diferencial de preços que fazia das pastagens

<sup>13</sup> Dados informados pelo site Calculadora do Cidadão, do Banco Central, disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0>

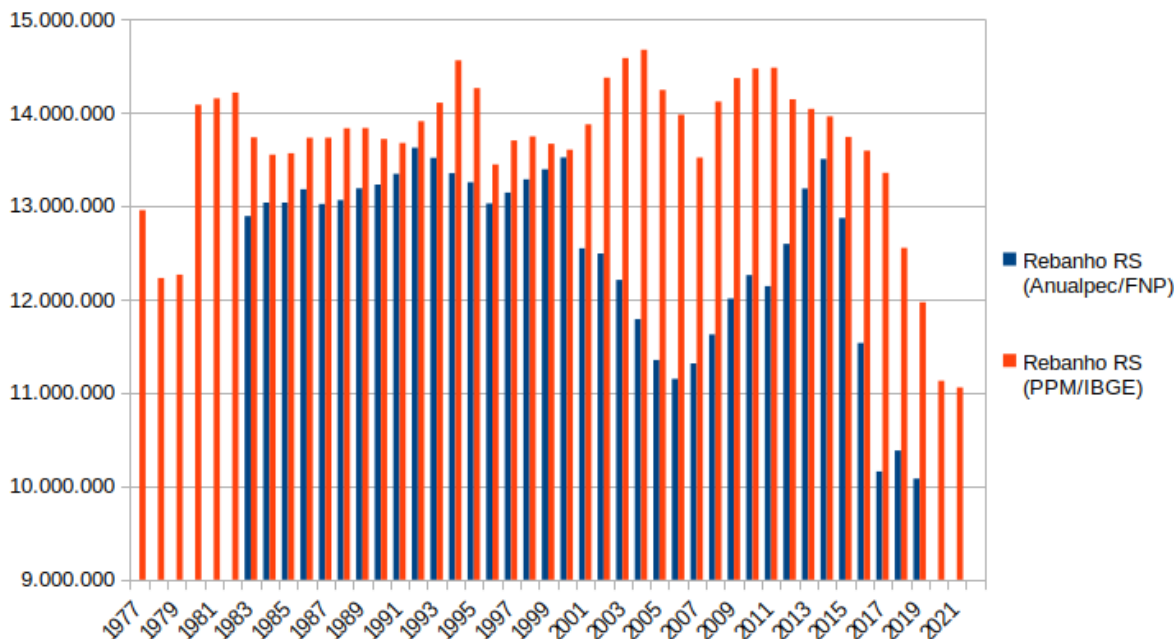
ao norte do RS serem cotadas 5,14 vezes acima daquelas do Sudoeste, em 2003, acaba sendo reduzido para 2,21 vezes em 2021.

Nesse sentido, a partir das categorias de terras selecionadas no gráfico 01, no Norte e no Sudoeste do Rio Grande do Sul, consideramos que há um redesenho em termos dos preços médios das modalidades. Se em 2003 havia uma diferenciação regional mais marcante, que escalonava todas as terras do norte do estado em um patamar de preços acima de todas as categorias de terras da Campanha, esse já não é o mesmo cenário que vai se apresentando nos anos seguintes e que se consolida em 2022. Ainda existe uma avaliação notavelmente superior para as terras de alta produtividade de grãos no norte do estado, porém as áreas de agricultura de várzea e de coxilha do Sudoeste já não se encontram em um patamar de preços abaixo das terras de pastagem do norte do RS. O que se passa é um novo cenário onde os preços das terras remanescentes de campos nativos estão, relativamente, sendo rebaixados em relação aos das terras aptas para cultivo de grãos em coxilhas e várzeas no Sudoeste rio-grandense, indicando possivelmente que as áreas restantes de campos nativos são, em geral, aquelas que apresentam os maiores limites em sua reconversão para áreas de lavoura.

### **Perspectivas da bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul**

Diante da conjuntura macroeconômica brasileira de especialização regressiva (Delgado, 2012), observou-se no RS, em geral, e em sua porção Sudoeste, em particular, que ao longo das décadas de 2000 e 2010 houve progressiva concentração na atividade sojicultora, a qual passou a disputar espaço com a tradicional predominância da bovinocultura de corte e da lavoura de arroz. A partir de 2009 as áreas com soja se expandiram aceleradamente, de modo que esse crescimento ocorreu em detrimento das lavouras de arroz após 2011. No sudoeste do estado, entre 2000 e 2021, a concentração das áreas cultivadas com soja em comparação com as de arroz passou de 26% para 69%, de acordo com a Produção Agrícola Municipal (PAM) do IBGE. Do mesmo modo, reduziu-se a cobertura total do conjunto de pastagens, desde os registros do Censo Agropecuário de 1995/1996, observando-se o mesmo encolhimento para os dados sobre o efetivo bovino (Gráfico 02).



**Gráfico 02: Efetivo do rebanho bovino (cabeças) do Rio Grande do Sul (1977-2021)**

Fonte: PPM/IBGE; Anualpec (IEG/FNP) edições 1994, 1995, 1996, 2001, 2005, 2010, 2014 e 2019.

Segundo levantamentos da Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) do IBGE, o rebanho estadual apresentava longa estabilidade desde a década de 1970 e inicia tendência de redução a partir de 2012, intensificando-se a queda entre 2017-2020, quando passa de 14.140.654 para 11.128.019 de cabeças, isto é, uma baixa de 23,14% no estoque em nove anos (2,57% a.a.). Por sua vez, as estimativas da FNP apontam dois grandes movimentos de queda no rebanho, sendo o primeiro entre 1999 e 2006 (-16,74%), com recuperação até 2014 (21,1%), quando se inicia uma segunda queda até 2019 (-25,32%), atingindo o menor registro da série histórica (10.081.525 cabeças), em comparação com os maiores observados em 1992 e em 2014, quando havia um efetivo de cerca de 13,5 milhões bovinos. Independentemente da fonte, os registros e estimativas convergem no sentido de redução significativa do efetivo bovino nos últimos oito a dez anos<sup>14</sup>.

Por um lado, as transições produtivas do período não representaram mudanças na histórica concentração de recursos econômicos por grupos dominantes sobre os mercados agropecuários, como demonstram Albuquerque (2011) e Kenne (2022). Contudo, constatamos que nas duas últimas décadas uma série de comportamentos produtivos, rentistas

<sup>14</sup> A discrepância nas movimentações de alta e de baixa, principalmente entre 2001 e 2014, tem relação com a metodologia utilizada em cada caso. A estimativa de estoque bovino da FNP toma como ponto de partida os dados oficiais (Censos Agropecuários) e os relaciona com informações consideradas de alta qualidade sobre os abates (produção e exportação de couros) e as exportações de carnes (Secretaria do Comércio Exterior). Já a contagem da PPM/IBGE é referendada em uma rede de coleta de informações em escala municipal, que no caso do Sudoeste rio-grandense utiliza das fichas de vacinação dos animais, onde os produtores agropecuários declaram seus animais vacinados e apresentam a nota fiscal da compra da vacina. O rebanho declarado na ficha tende a ser superestimado pois o documento pode ser utilizado como lastro na obtenção de financiamento, assim como a elevação artificial das declarações a fim de superestimar a taxa de lotação animal é uma conhecida estratégia ruralista contra possíveis intervenções desapropriatórias. Para mais informações, consultar Mielitz Netto (1994) e Nehmi Filho (2005).

e especulativos têm sido remodelados pela elevação de preços dos ativos fundiários e a priorização no desenvolvimento das cadeias produtivas voltadas à exportação. A redução no rebanho, observada principalmente a partir de 2012, está associada com a forte apreciação das terras e da remuneração na forma de arrendamento, as quais tornam-se cada vez mais atrativas para os estancieiros pecuaristas de modo a encerrarem ou reduzirem as atividades dos estabelecimentos com bovinocultura em prol do arrendamento ou da venda dos imóveis rurais.

A recente queda na proporção de machos com mais de 36 meses no rebanho é um indicador que referenda a redução dos produtores que conservam características extensivas com baixa produtividade, considerando que a produção mais intensiva procura abater os animais com até 30 meses de modo a obter remunerações por qualidade diferenciada junto aos frigoríficos. Nesse sentido, entre 2019 e 2022 observou-se redução consistente na participação de bois com mais de 36 meses entre todos os machos guiados para abate (de 35% para 18%) e no efetivo bovino (de 6,49% para 4,74%, incluindo os reprodutores), o que indica a tendência para um rebanho mais jovem, mais produtivo por unidade de área e com maior velocidade de giro do capital (Nespro, 2023).

O *boom* da soja na região também provocou mudanças nos sistemas de produção mais recorrentes na bovinocultura de corte, sobretudo no que se refere à fase de engorda e safra do boi gordo que se concentrou no período do inverno/primavera com abates entre setembro e novembro. O padrão anterior envolvia a engorda prioritariamente em pastagens naturais que apresentam maior oferta forrageira no verão, de modo que a safra do boi gordo acontecia entre março e abril. A mudança do período de engorda para o inverno é uma decorrência da gradual integração entre lavoura e pecuária, onde as pastagens azevém/aveia são cultivadas nas áreas que recebem o plantio de soja no verão. Conforme acontece o crescimento contínuo de áreas com lavoura temporária, também aumenta a busca por diferentes categorias bovinas passíveis de engorda no inverno, tais como novilhas, vacas que não emprenham e vacas de descarte com mais de 36 meses, além dos bois magros e dos bezerros – o que gera uma demanda crescente para a oferta pelos criadores.

Se, por um lado, a integração de calendário anual entre a fase de engorda pecuária com o cultivo das lavouras de soja tem sido adotada com facilidade, o mesmo não vale para a fase de cria que estende-se por um tempo maior e exige oferta forrageira ao longo de todo o ano, não apenas no inverno (Nespro, 2022). Se as terras com maior aptidão agrícola são continuamente convertidas em lavouras anuais, restam menos áreas para a pecuária de cria em proporção e em capacidade produtiva na temporada de verão – ainda que a redução no rebanho com idade mais avançada represente simultaneamente uma pressão menor sobre as pastagens.

Portanto, nos últimos anos uma série de características ganham relevância nos sistemas de produção da bovinocultura de corte no sudoeste do RS, tal como a menor proporção de machos com idade elevada no rebanho, a integração lavoura-pecuária principalmente na fase de engorda, a nova época predominante de safra do boi, a queda no efetivo bovino, a pressão crescente pela oferta de animais para engorda no inverno, a redução na cobertura de pastagens nativas e os limitantes na disponibilidade de áreas para a fase de cria da pecuária de corte.

Nesse sentido, observa-se entre 2012 e 2022 uma redução em 14,5% na quantidade anual de abates fiscalizados e registrados pela pesquisa trimestral do abate de animais pelo IBGE, enquanto o peso total das carcaças reduziu-se em 8,95% no período. Embora o efetivo bovino e a quantidade anual de carne vermelha produzida no estado tenham-se reduzido, percebe-se um incremento no peso médio das carcaças de 219,44 kg para 233,67 kg, isto é, um ganho de 6,48%. Isso acontece precisamente entre 2019 e 2022 quando se observa redução consistente na participação dos bois com mais de 36 meses no rebanho.

Embora a mudança seja positiva no sentido de incremento em produtividade por animal abatido, encontra-se abaixo da média de peso dos abates em todo o país (267,59 kg) e da melhoria percentual média do desempenho nacional no mesmo período (13,27%). Em outras palavras, possivelmente a disparidade do RS em relação a outras áreas pecuárias mais eficientes aumentou. Nesse sentido, o peso médio encontra-se distante da fronteira tecnológica e organizacional possível para a atividade, indicando que persiste a heterogeneidade entre sistemas intensivos e mais extensivos com diferentes graus de investimento, qualificação e adesão tecnológica.

Na medida em que a produção de carne vermelha tem ocorrido desde um efetivo bovino menor e com queda na produção estadual, dados recentes (2019-2022) do grupo de pesquisas Nespro/Ufrgs indicam que a produção total de carne in natura bovina do RS é insuficiente para a demanda estadual. Considerando a importação e o envio dessas carnes para outros estados e países através de registros fiscais (Secretaria da Fazenda - Sefaz-RS)<sup>15</sup>, o grupo estimou que em 2022 cerca de 47% da carne bovina in natura consumida no RS originou-se de fora do estado, a qual representa 50% de todo o valor da produção de carne bovina gaúcha. A produção local é superavitária nos meses de setembro a novembro e deficitária no restante do ano, principalmente de maio a julho, em linha com a sazonalidade da safra do boi gordo sob engorda no inverno. Essa condição dependente da integração com as lavouras de soja promove variações na produção e na oferta de carne gerada no estado e dificulta o estabelecimento de contratos regulares para fornecimento ao mercado local e externo. O abastecimento do consumo sul-rio-grandense com relevante parcela de produtos oriundos de outros estados provoca um cenário no qual os preços de outras praças pecuárias do Brasil fazem-se sentir mais acentuadamente no RS, colocando a produção estadual em contato mais intenso e constante com áreas produtoras altamente competitivas (Nespro, 2023).

No que se refere às exportações para o mercado estrangeiro, conforme dados da plataforma Comex Stat, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, a participação do RS no saldo total nacional é de 4,89% em média entre 1997 e 2022, reduzindo-se para 3,83% entre 2014-22. Comparado aos dados de volume em toneladas de carne produzida no estado (Abiec, 2022), as exportações representam uma proporção de 7,5% em 2018, encontrando-se abaixo da média nacional que foi de 25,55% no mesmo ano. As exportações avançam no ano de 2020 para uma proporção de 12,69% da produção estadual, enquanto permanecem em 26,07% na escala nacional. Entre os tipos de carne vermelha exportada pelo RS entre 1997 e 2022 predominam as modalidades in natura e industrializada,

---

<sup>15</sup> Referentes ao comércio de carne in natura bovina entre pessoas jurídicas envolvendo elos da cadeia produtiva anteriores aos consumidores, sem considerar as transações com carne industrializada, miúdos, charque, carne de sol e outros produtos à base de carne ou obtidos a partir desta (Nespro, 2023).

em proporções geralmente acima de 95%. Entre 2003-7 e 2020-22 registrou-se o predomínio das carnes in natura, recentemente com destaque para as categorias desossadas (congeladas, frescas ou refrigeradas).

O recente crescimento do perfil de exportações ‘in natura’ no RS representa valores maiores recebidos por tonelada – em 2022 foi cerca de 1,25 vezes maior que o preço pago pelas ‘industrializadas’ –, o que está em linha com o avanço das aquisições por parte de China e Hong Kong, especialmente após 2018, quando tornam-se o principal destino em detrimento do Reino Unido que adquire praticamente apenas a categoria ‘industrializada’. O valor médio recebido em dólares por tonelada avança de US\$ 3.750,34 em 2018 para US\$ 5.346,92 em 2022 (Comex Stat, 2023). O crescimento mais relevante na destinação ao mercado chinês acontece a partir de novembro de 2019 com a habilitação de uma planta frigorífica do grupo Marfrig em São Gabriel (no Sudoeste do RS) no contexto de expansão na demanda do país asiático devido às perdas locais de proteína animal atreladas ao surto de peste suína. Recentemente o governo estadual em parceria com empresas do setor industrial tem exigido do governo chinês a habilitação de outras unidades processadoras de carne bovina do RS, com o intuito de ampliar o mercado exportador com maior remuneração por tonelada<sup>16</sup>.

Em suma, a produção e o processamento de carne vermelha na Campanha gaúcha tem demonstrado uma dinâmica progressivamente integrada às tendências de especialização regressiva na economia nacional, com interesse crescente das elites agropecuárias e agroindustriais na exportação dos produtos primários, uma estrutura concentrada dos agentes exportadores, baixa perspectiva de diversificação no destino da fração comercializada externamente (China), e, no âmbito dos sistemas produtivos, nota-se forte correlação desse cenário com o manejo de forragens em alternância com as lavouras de soja.

## Considerações finais

Este artigo tem como pano de fundo as mediações envolvendo a economia capitalista mundial e as dinâmicas agrárias em um contexto regional periférico no Brasil, entendido como país cuja posição é estruturalmente dependente na divisão internacional do trabalho (Marini, 2000). Ao longo de diferentes coalizões sociais hegemônicas que entrelaçaram os arranjos locais de agentes e recursos com as forças econômicas transnacionais, os estancieiros qualificaram-se, a partir dos séculos XVIII e XIX, como grupo localmente dominante no controle majoritário das terras e nas dinâmicas de ocupação agropecuária das áreas com predomínio de ecossistemas campestres no extremo sul do Brasil. O século XX, sobretudo entre as décadas de 1930 e 1970, foi um período de ascensão política e econômica nas relações dos estancieiros com as demais elites agrárias do país, onde o grupo teve centralidade em movimentos políticos e político-militares nas disputas de poder regionais e nacionais (Piccin, 2021).

---

<sup>16</sup> *Rio Grande do Sul busca junto ao governo chinês a habilitação de cinco frigoríficos para ampliar exportações* (Portal O Globo, 26/03/2023). Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/03/rio-grande-do-sul-busca-junto-ao-governo-chines-a-habilitacao-de-cinco-frigorificos-para-ampliar-exportacoes.ghml>. Acesso em: 05 maio 2023.

Mas, a década de 1980 representou um contexto internacional desafiador para as nações periféricas, onde a crise do endividamento externo nessas economias dependentes acelerou a exportação de excedentes de capital em função dos custos crescentes dos serviços da dívida. As crises cambiais, como a brasileira de 1982, foram uma das expressões de elevação na dependência dos estados nacionais e de limitação no orçamento para suas políticas macroeconômicas desenvolvimentistas (Bernstein, 2011; Delgado, 2012).

Internamente, a economia brasileira experimentava processos de concentração e centralização do capital na região Sudeste, o que repercutia em demandas crescentes de elites regionais em áreas menos dinâmicas para a acumulação. Estas buscavam atrair para si a redistribuição de recursos controlados nacionalmente pelo Estado, e, para tanto, pressionavam por fundos constitucionais que se materializaram em agências regionais de desenvolvimento e crédito subsidiado via bancos públicos (Albuquerque, 2011). Portanto, ao mesmo tempo em que a tendência geral em direção ao neoliberalismo ganhava escala global, aglutinavam-se grupos dominantes nos mercados agropecuários do extremo sul brasileiro com reivindicações de maior presença do Estado, os quais visavam controlar recursos públicos sob o rótulo do desenvolvimento regional (Cargnin, 2014; Kenne, 2022).

A combinação entre movimentos globais e mediações locais produziu novos arranjos nas estruturas de poder e nas dinâmicas agropecuárias no século XXI, onde grupos regionais historicamente dominantes, como os estancieiros do Rio Grande do Sul, tiveram suas posições reconfiguradas diante do novo pacto de economia política do agronegócio que se estabeleceu. No caso específico da mesorregião Sudoeste rio-grandense, a emergência de grupos econômicos voltados à agricultura – envolvendo agentes heterogêneos classificados como empresariais-familiares-patrimoniais-investidores (Bühler, 2008), genericamente chamados de “lavoureiros” – provocou recomposições na morfologia do espaço social, sobretudo em suas classes patronais (Piccin, 2012). Esses agentes se entrelaçaram com os capitais agroindustriais, industriais, logísticos, comerciais e financeiros, em um sentido de diversificação e ampliação da coalizção regional hegemônica nas suas conexões nacionais e globais (Albuquerque, 2011).

Em um contexto internacional de hegemonia das finanças, os capitais que buscam mundialmente por remunerações em torno da taxa média de lucro encontram localmente grupos dominantes que lutam para seguir fazendo parte de coalizções hegemônicas (Albuquerque, 2011). Portanto, os novos investimentos realizados em países do Cone Sul, por meio de capitais transnacionais dos setores de papel e celulose (Lerrer; Wilkinson, 2016), frigoríficos (Benetti, 2010) e grãos (Santos; Oyhantçabal; Narbondo, 2012; Escher; Wilkinson, 2019), disputam posições em diferentes elos da cadeia produtiva e, eventualmente, adentram em espaços de acumulação historicamente deixados sob controle de atores tradicionais, tal como as terras (Wilkinson, 2017).

Assim, as movimentações internacionais nos mercados agropecuários também envolveram em diferentes aspectos os estancieiros no Sudoeste rio-grandense, isto é, o grupo de grandes proprietários de terras enfocados neste artigo. A literatura observa que, historicamente, enquanto fração de classe dominante, esses agentes combinam variadas estratégias e recursos, objetivos e simbólicos, para manter ou melhorar sua influência política e suas condições de acumulação econômica, mesmo diante de mudanças agrárias e macroeconômicas (Piccin, 2021).

Este artigo representa também um esforço aproximativo acerca dos principais cenários transitórios da economia estancieira entre 1985 e 2022.

Em traços gerais, o sistema criatório estancieiro era baseado na criação em ciclo completo, com retenção do gado bovino em períodos longos, em pastoreio extensivo combinado com ovinos, onde os custos por unidade de área eram baixos em parâmetros nacionais (Mielitz Netto, 1994), e operavam com máxima supressão das despesas monetárias com a força de trabalho (Piccin, 2012). Além disso, tinha como ponto de partida o controle monopolista da terra (Benetti, 1994), embora isso não deva ser confundido como inexistência de pecuaristas em escalas menores (Mielitz Netto, 1994), inclusive as frações que receberam posteriormente reconhecimento pelas categorias de agricultura/pecuária familiar (Ribeiro, 2009).

Este sistema dependia de uma série de mediações com recursos públicos. Um dos seus fundamentos foi a criação do Instituto Sul Riograndense de Carnes (ISRC), em 1934, que funcionava mediante controle de uma parte importante do setor de processamento e distribuição da carne vermelha por cooperativas de estancieiros com apoio de instrumentos logísticos e comerciais. Esse posicionamento à jusante na cadeia produtiva da bovinocultura de corte acontecia em meio a uma tendência em longo prazo de valorização internacional da lã e da carne bovina (Viana, 2012; Piccin, 2012).

O sistema criatório e as cooperativas possibilitavam que os estancieiros combinassem rendas da pecuária com relativo controle sobre o mercado interno, em um contexto de crescimento da massa salarial nacional, ainda que a concorrência com as áreas produtoras do Sudeste e Centro-Oeste estivesse no horizonte (Mielitz Netto, 1994). Ao mesmo tempo, o crescimento extensivo das lavouras e do arrendamento, pela via da política agrícola, possibilitava a esse patronato a apropriação de montantes crescentes de renda da terra, mediante cessão em arrendamento das suas áreas de várzea, com melhoria da infraestrutura de irrigação em suas terras (Beskow, 1986).

Essas diferentes fontes de ingresso se combinavam e subsidiavam a perpetuação de um grupo social que elevava seu padrão de consumo, poder político, prestígio e distinções sociais (Piccin, 2021). O processo era acompanhado de relevante influência sobre a política estadual, com importante papel da Farsul enquanto representação de interesses nascida de seu meio, que se expandiu ao longo do século como entidade máxima do patronato rural e da agroindústria no estado (Piccin, 2012; Costa, 2019).

Entre meados das décadas de 1980 e 1990, esse padrão de acumulação estancieiro é testado por um cenário restritivo para as economias de capitalismo dependente, onde alguns de seus componentes enfrentam reveses. No Brasil, a crise do endividamento externo provoca redução dos subsídios à agricultura, e, por consequência, na renda da terra apropriada por estancieiros mediante arrendamentos agrícolas (Benetti, 1997). Ao mesmo tempo, o descontrole inflacionário da década de 1980 resulta em medidas governamentais de controle dos preços da carne bovina que prejudicam as estratégias especulativas estancieiras (Mielitz Netto, 1994).

Nesse contexto, são registradas falências de cooperativas e frigoríficos controlados por estancieiros, na medida em que procuravam repassar aos criadores preços superiores aos tabelados no varejo (Piccin, 2012). Adicionalmente, em 1990, a crise internacional no mercado da lã afeta uma das fontes relevantes de receita desses pecuaristas (Viana, 2012). A

estagnação nos mercados agropecuários e a queda nos preços médios das terras brasileiras (Delgado, 2012) ocorreram lado a lado com os acúmulos dos movimentos sociais na reabertura do regime político, dos quais resultaram pressões crescentes por reforma agrária e novos rumos na democratização e diversificação da economia regional (Da Ros, 2006; Kenne, 2022).

A partir da segunda metade da década de 1990 uma série de estímulos locais e internacionais influenciou na retomada da demanda e expectativa de renda com terras no Sudoeste rio-grandense, sendo este um dos fatores centrais para o reposicionamento estancieiro nos mercados agropecuários e para a reconfiguração no seu padrão de acumulação. Destaca-se: a) retomada gradual de preços internacionais de commodities, desde 1994 (Melo, 1999), b) instrumentos de política agrícola favoráveis às exportações primárias e semielaboradas, tal como a isenção de ICMS via Lei Kandir de 1996 (Melo, 1999); c) liberação de cultivos transgênicos de soja em 1998 e volumes crescentes de crédito aportados via Plano Safra desde então (Pizzato, 2013); d) crédito subsidiado do BNDES para empresários agropecuários e nas infraestruturas de armazenagem, beneficiamento e distribuição nos setores de carne e grãos (Cargnin, 2014); e) incremento na demanda de áreas com aptidão agrícola por empresas nacionais e estrangeiras do setor de papel e celulose na década de 2000 (Lerrer; Wilkinson, 2016).

Nesse panorama, as lavouras temporárias de soja foram a atividade que avançou mais consistentemente na substituição de áreas campestres por cultivos agrícolas, seguindo uma tendência também vista nas áreas pampeanas argentinas e uruguaias (Capdevielle, 2016; Bianco et al., 2021). Seu padrão de crescimento extensivo no Sudoeste rio-grandense partiu de 112.000 ha em 1997 e atingiu 845.192 ha em 2021 (IBGE/PAM, 2023). Seguiu principalmente as áreas com aptidão agrícola para a lavoura de sequeiro, chamadas de coxilhas, mas também se acoplou em rodízios “ping-pong arroz/soja” com a lavoura arrozeira irrigada, em patamares que chegam a 50% das várzeas sistematizadas no RS na safra 2021/22 (Irga, 2022; Martin et al., 2022).

A expansão sojícola na metade sul do estado encontrou um território com oferta relativamente elevada de terras com média aptidão agrícola para o cultivo de grãos, localizadas em distâncias comparativamente curtas em relação às unidades de processamento ou para exportação in natura no porto de Rio Grande (AgraFNP, 2010). Seu avanço sobre ecossistemas campestres sem promover democratização fundiária foi politicamente mediado pela Farsul, com intervenções diante das políticas do Incra no sentido de limitar as medidas de aferição da produtividade na pecuária (Da Ros, 2006), bem como nas diretrizes ambientais da secretaria estadual de meio ambiente e da assembleia legislativa, no sentido de flexibilizar a obtenção de licenciamento e “autolicenciamento” no uso de Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal em áreas de pecuária, além de facilitação para a supressão e reconversão da vegetação natural do pampa em lavouras, assim como a pulverização de agrotóxicos em áreas de Unidades de Conservação de uso sustentável (Kenne, 2022).

Por sua vez, a expansão do setor de celulose e papel por meio da silvicultura não teve avanços tão consistentes quanto a soja no Sudoeste rio-grandense, alcançando cerca de 86 mil hectares no ano de 2021, de acordo com o MapBiomas (2022). Por um lado, havia interesse dos proprietários de terras no arrendamento ou venda de imóveis para empresas do setor, assim como na valorização fundiária por consequência do interesse de novos agentes

pelas terras da região. Além disso, uma série de estímulos do governo estadual e flexibilizações legislativas para o zoneamento ambiental atuavam favoravelmente para a expansão dos investimentos empresariais no setor (Barcelos, 2012).

Porém, os investimentos estrangeiros em terras compunham uma das principais frentes de expansão da atividade e encontraram negativas dos órgãos fundiários (Incra) para registro dos imóveis adquiridos ou em vias de aquisição (Lerrer; Wilkinson, 2016), além de críticas ao seu modelo de “desertos verdes” elaboradas por movimentos sociais, ONGs, pesquisadores (as) e órgãos como o Ministério Público no RS (Rocha et al., 2020). As empresas do setor de celulose não concluíram os planos de expansão da área cultivada com eucaliptos e de construção de plantas industriais para produção de celulose no Sudoeste do RS, deslocando-se em maior medida para a região Centro-Oeste (Mato Grosso do Sul) e Norte (Maranhão e Piauí) (AgraFNP, 2010).

Nesse sentido, tanto as expectativas agrícolas quanto as silvícolas representaram elevação da renda capitalizada da terra para a economia estancieira. Porém, os lavoureiros e o cultivo de soja se acoplaram mais facilmente na posse agrícola das terras do Sudoeste rio-grandense diante do agregado de interesses patronais, das disputas mais gerais entre os diferentes capitais na agricultura brasileira e das pressões da sociedade civil. As articulações necessárias para alavancar a produção agrícola de soja não dependiam centralmente dos investimentos estrangeiros diretos em terras, como no caso da silvicultura, de modo que assumiram um papel mais central nas mudanças agrárias observadas no Sudoeste rio-grandense.

Portanto, as reconfigurações da economia estancieira evidenciam que esse grupo se encontra cada vez mais acoplado aos movimentos gerais da economia brasileira em processo de reprimarização e inserida de forma subordinada em um regime alimentar mundial sob forte influência de corporações transnacionais. Em outras palavras, as reconfigurações na economia estancieira ao mesmo tempo em que mantêm uma estrutura fundiária concentrada e um padrão de desenvolvimento regional com baixa distribuição dos resultados econômicos, também constituem conexões crescentes dessa elite proprietária com outros capitais, em articulações nas escalas regional, nacional e internacional.

Em suma, este artigo traz contribuições quanto à análise em longa duração das formas de acumulação econômica articuladas pelo patronato estancieiro. Outras pesquisas poderiam se aprofundar em elementos que não foram aqui plenamente abordados, a exemplo das condições salariais, dos postos de trabalho e das dinâmicas de trabalho permanente e temporário na bovinocultura de corte e na agricultura de grãos do Sudoeste rio-grandense, assim como uma análise mais extensa sobre as relações dos estancieiros com outros ofertantes de carnes no mercado interno, envolvendo os capitais estrangeiros e as políticas de formação de frigoríficos nacionais desde meados do século XX.

## Referências

AGUINAGA, Antônio José Queirolo. *Caracterização de sistemas de produção de bovinos de corte na região da Campanha do estado do Rio Grande do Sul*. 2010. 150 p. Tese (Doutorado em Zootecnia) – Faculdade de Agronomia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/22993> Acesso dez. 2024.



- ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. A produção da miséria na metade sul gaúcha a partir da apropriação privada dos fundos públicos. *Sociedade e Território*, Natal, v. 23, n. 2, p. 55-81, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/3495> Acesso dez. 2024.
- ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de; AUED, Idaeto Malvezzi. O mito do atraso das elites pampeanas gaúchas. *Boletim Gaúcho de Geografia*, n. 32 p. 93-112, dez., 2007. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37450> Acesso dez. 2024.
- ALONSO, José Antônio Fialho; BENETTI, Maria Domingues; BANDEIRA, Pedro Silveira. *Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas*. Porto Alegre: FEE, 1994.
- ANDREATTA, Tanice. *Bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul: um estudo a partir do perfil dos pecuaristas e organização dos estabelecimentos agrícolas*. 2009. 241 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/16416> Acesso dez. 2024.
- BARCELOS, Márcio. Processos sociais, construções discursivas e “imagens de política pública” na construção da política de silvicultura no Rio Grande do Sul, 2004-2009. *Plural*, v. 19, n. 2, p. 83-112, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/74437> Acesso dez. 2024.
- BENETTI, Maria Domingues. Agropecuária na região sul do Rio Grande do Sul – 1970-90. In: ALONSO, José Antônio Fialho et al. *Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas*. Porto Alegre: FEE, 1994, p. 94-172.
- BENETTI, Maria Domingues. O agronegócio gaúcho entre os anos 1980 e 2008. In: FEE - Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. *Três décadas de economia gaúcha*, v. 2, p. 59-92, 2010.
- BENETTI, Maria Domingues. Rio Grande do Sul: estratégias empresariais nos agronegócios, no período pós 1990, e questões emergentes. *Indicadores Econômicos FEE*, v. 25, n. 3, p. 169-198, 1997. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/view/1069/1396> Acesso dez. 2024.
- BERNSTEIN, Henry. *Dinâmicas de classe da mudança agrária*. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- BESKOW, Paulo Roberto. *O arrendamento capitalista na agricultura: evolução e situação atual da economia do arroz no Rio Grande do Sul*. São Paulo: Hucitec; Brasília: CNPq, 1986.
- BIANCO, Mariela; DÍAZ, Ismael; CHIAPPE, Marta; NARBONDO, Ignacio; RUSSI, Erik. Dinâmicas de la expansión agrícola en territorios uruguayos. *Revista Latinoamericana de Estudios Rurales*, v. 6, n. 12, jul./dez. 2021. Disponível em: <http://id.caicyt.gov.ar/ark:/s25251635/wlxl1qodu>. Acesso dez. 2024.
- BINKOWSKI, Patrícia. *Conflitos ambientais e significados sociais em torno da expansão da silvicultura de eucalipto na "metade sul" do Rio Grande do Sul*. 2009. 212 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: [https://www.ufrgs.br/temas/wp-content/uploads/2021/04/2009\\_PATRICIA\\_BINKOWSKI.pdf](https://www.ufrgs.br/temas/wp-content/uploads/2021/04/2009_PATRICIA_BINKOWSKI.pdf) Acesso dez. 2024.
- BRITO, Andréia Nunes Sá. *Transformações socioespaciais nos campos do bioma Pampa RS/Brasil*. 2022. 212 p. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/29020> Acesso dez. 2024.

- BUAINAIN, Antônio M.; SANTOS, Mariane C. dos. A influência do cenário macroeconômico da bovinocultura de corte brasileira. In: XI Jornada NESPRO, Porto Alegre, 2016. *Anais...* p. 9-25, 2016.
- BÜHLER, Eve Anne. Formas de produção agrícola em Ríó Grande do Sul: proposta de critérios múltiplos de caracterização y aplicación a la actividad arrocerá. *Ensaíos FEE*, v. 29, n. 2, p. 409-444, 2008. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/ensaaios/article/view/2183/0> Acesso dez. 2024.
- CAPDEVIELLE, Bruno. La ganadería en tiempos agrícolas: estancamiento, competencia por el uso de la tierra y cambios productivos. *Documentos de Trabajo del Centro Interdisciplinario de Estudios Agrarios*, v. 11, p. 103-127, 2016. Disponível em: [http://bibliotecadigital.econ.uba.ar/econ/collection/docuciea/document/docuciea\\_n11\\_05](http://bibliotecadigital.econ.uba.ar/econ/collection/docuciea/document/docuciea_n11_05) Acesso dez. 2024.
- CARGNIN, Antonio Paulo. Duas décadas de políticas para o desenvolvimento da metade sul do Rio Grande do Sul. *REDES: Revista do Desenvolvimento Regional*, v. 19, n. 2, p. 53-76, 2014. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/3146> Acesso dez. 2024.
- CASTRO, Luís Felipe Perdigão; SAUER, Sérgio. Marcos legais e a liberação para investimento estrangeiro em terras no Brasil. In: MALUF, Renato S.; FLEXOR, Georges. *Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017. pp. 39-51 Disponível em: [https://www.e-papers.com.br/produto/questoes\\_agrarias\\_agricolas\\_e\\_rurais/?v=dc634e207282](https://www.e-papers.com.br/produto/questoes_agrarias_agricolas_e_rurais/?v=dc634e207282) Acesso dez. 2024.
- COSTA, Felipe Ferrari da. *Ação Política e Representação de Interesses do Patronato Rural Gaúcho: uma análise da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (1988-2000)*. 2019. 271 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/11612> Acesso dez. 2024.
- DA ROS, César Augusto. *As políticas agrárias durante o governo Olívio Dutra e os embates sociais em torno da questão agrária gaúcha (1999-2002)*. 2006. 477 f. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) – CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/9555> Acesso dez. 2024.
- DA ROS, César Augusto. O movimento "vistoria zero" e a resistência do patronato rural às políticas de assentamentos no Rio Grande do Sul. *Sociologias*, v. 11, n. 22, p. 232-278, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/qzGQSWx7MBK3qm4thcyQnkM/> Acesso dez. 2024.
- DALMAZO, Renato Antonio. *Planejamento estadual e acumulação no Rio Grande do Sul, 1940-74*. Teses FEE, n. 16, dez. 1992. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/digitalizacao/teses-fee/planejamento-estadual-acumulacao-rio-grande-do-sul-teses-16/planejamento-estadual-acumulacao-rio-grande-do-sul-teses-16-texto.pdf> Acesso dez. 2024.
- DELGADO, Guilherme Costa. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.
- ESCHER, Fabiano; WILKINSON, John. A economia política do complexo Soja-Carne Brasil-China. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 57, p. 656-678, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/36SqtNVWsRKrDZWD6vKP5Lb/> Acesso dez. 2024.
- FERRAZ, José Vicente. A pecuária de corte procura seus caminhos. *Anualpec*, p. 16-19, 2014.

- FLEXOR, Georges; LEITE, Sérgio. Mercado de terra, commodities boom e land grabbing no Brasil. In: MALUF, Renato S.; FLEXOR, Georges. *Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017. pp. 20-38 Disponível em: [https://www.e-papers.com.br/produto/questoes\\_agrarias\\_agricolas\\_e\\_rurais/?v=dc634e207282](https://www.e-papers.com.br/produto/questoes_agrarias_agricolas_e_rurais/?v=dc634e207282) Acesso dez. 2024.
- GARCIA JR., Afrânio R.; HEREDIA, Beatriz A. de. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil. In: GODOI, E. P. de; MENEZES, M. A. de; MARIN, R. A. (Orgs.) *Diversidade do campesinato: expressões e categorias*, v.2. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2009. p. 213-244.
- GONÇALVES, José Sidnei. Circuito pecuário do “boi que come floresta” e a reprodução da lógica de acumulação primitiva nos cercamentos da fronteira amazônica: uma discussão sobre a especulação financeira e a riqueza patrimonial. *Geografia econômica*, Florianópolis, n. 4, p. 21-48, jul. 2012.
- HANAUER, Ana Clarice Soares. *Espaço agrário, capital e trabalho assalariado – uma análise a partir de São Gabriel/RS*. 2019. 89 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/19185> Acesso dez. 2024.
- KENNE, Pamela. *Estratégias institucionais para o mercado agropecuário: reestruturação produtiva para a Metade Sul do Rio Grande do Sul*. 2022. 125 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/249768> Acesso dez. 2024.
- LERRER, Débora; WILKINSON, John. Stora Enso e movimentos sociais: luta no campo e nas instituições. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 24, n. 1, p. 311-344, 2016. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/704> Acesso dez. 2024.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: SADER, Emir (Org.). *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis-RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- MARION FILHO, Pascoal José; REICHERT, Henrique; SCHUMACHER, Gabriela. A pecuária no Rio Grande do Sul: a origem, a evolução recente dos rebanhos e a produção de leite. In: Encontro de Economia Gaúcha, 2012. *Anais...* 2012. Disponível em: [http://cdn.fee.tche.br/eeg/6/mesa13/A\\_Pecuaria\\_no\\_RS-A\\_origem\\_Evolucao\\_Recente\\_dos\\_Rebanhos\\_e\\_a\\_Producao\\_de\\_Leite.pdf](http://cdn.fee.tche.br/eeg/6/mesa13/A_Pecuaria_no_RS-A_origem_Evolucao_Recente_dos_Rebanhos_e_a_Producao_de_Leite.pdf) Acesso em: 25 mar. 2022.
- MARTIN, Thomas Newton et al. (Org.). *Indicações técnicas para a cultura da soja no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, safras 2022/2023 e 2023/2024*. Santa Maria: Editora GR, 2022.
- MASSUQUETTI, Angelica; RIBAS, Rodrigo Justo. O gado de corte no Rio Grande do Sul: principais sistemas de produção. In: 46º Congresso da SOBER, Rio Branco-AC, 2008. *Anais...* Disponível em: [https://sober.org.br/wp-content/uploads/anais/46\\_SOBER\\_2008\\_Rio-Branco.zip](https://sober.org.br/wp-content/uploads/anais/46_SOBER_2008_Rio-Branco.zip) Acesso em 18 ago. 2023.
- MATTE, Alessandra. *Convenções e mercados da pecuária familiar no sul do Rio Grande do Sul, Brasil*. 2017. 292 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/178171> Acesso dez. 2024.
- MELO, Fernando H. de. O Plano Real e a agricultura brasileira: perspectivas. *Revista de Economia Política*, v. 19, n. 4, p. 146-155, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/FzTdWWgCGxHY3Rt7vBd7c6P/> Acesso dez. 2024.

- MIELITZ NETTO, Carlos G. A. *Modernização e diferenciação na bovinocultura de corte brasileira*. 1994. 224 f. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1994.
- MIGUEL, Lovois de Andrade; MIELITZ NETTO, Carlos G. A.; NABINGER, Carlos; SANGUINÉ, Eliane; WAQUIL, Paulo D.; SCHNEIDER, Sérgio. Caracterização socioeconômica e produtiva da bovinocultura de corte no estado do Rio Grande do Sul. *Estudo & Debate*, Lajeado, v. 14, n. 2, 2007. p. 95-123 Disponível em: <https://ageconsearch.umn.edu/record/149165/?v=pdf> Acesso dez. 2024.
- MONTEBLANCO, Felipe Leindecker. *Relicários da paisagem pastoril: uma geografia do Pampa remanescente no Brasil*. 2021. 290 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/23239> Acesso dez. 2024.
- MOREIRA, Juliana Gomes. *Transformações produtivas no pampa brasileiro: as mudanças na bovinocultura de corte diante do avanço da soja*. 2019. 107 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/197665> Acesso dez. 2024.
- NEHMI FILHO, Victor Abou. Rebanho brasileiro bovino diminuiu em 2004. *Anualpec*, p. 27-29, 2005.
- ODERICH, Edmundo Hoppe. *Dinâmicas socioeconômicas da expansão agrícola no Brasil: situações e tendências dos municípios e regiões da soja e da cana-de-açúcar*. 2020. Tese 131 f. (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/215484> Acesso dez. 2024.
- ODERICH, Edmundo Hoppe; ELIAS, Lilian De Pellegrini; WAQUIL, Paulo Dabdab. Expansão do agronegócio no Brasil: diferentes discursos e dinâmicas socioeconômicas no Rio Grande do Sul. *Eutopia: Revista de Desarrollo Económico Territorial*, n. 16, p. 141-158, 2019. Disponível em: <https://revistas.flacsoandes.edu.ec/eutopia/article/view/4120> Acesso dez. 2024.
- PAULANI, Leda M. A experiência brasileira entre 2003 e 2014: Neodesenvolvimentismo? *Cadernos do Desenvolvimento*, v. 12, n. 20, p. 135-155, 2017. Disponível em: <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/32> Acesso dez. 2024.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- PICCIN, Marcos Botton. *Os senhores da terra e da guerra do Rio Grande do Sul: um estudo sobre as estratégias de reprodução social do patronato rural estancieiro*. 2012. 457 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2012. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/891092> Acesso dez. 2024.
- PICCIN, Marcos Botton. Patronato estancieiro gaúcho: de subsidiários das lavouras de exportação a produtores de artigos de luxo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 327-59, out. 2014. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/504> Acesso dez. 2024.
- PICCIN, Marcos Botton. Processos sociais de recomposição do patronato rural em terras gaúchas. In: BÜHLER, Eve Anne; GUIBERT, Martine; OLIVEIRA, Valter Lúcio de. (Org.) *Agriculturas empresariais e espaços rurais na globalização: abordagens a partir da América do Sul* [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, pp. 151-170. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786557250044> Acesso dez. 2024.
- PICCIN, Marcos Botton. *Senhores de terra, senhores de guerra: sociologia histórica do patronato estancieiro do Rio Grande do Sul (1920-2019)*. Curitiba: CRV, 2021.

- PIZZATO, Fernanda. *Pampa gaúcho: causas e consequências do expressivo aumento das áreas de soja*. 2013. 105 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/76138> Acesso dez. 2024.
- REZENDE, Gervásio Castro de; BUAINAIN, Antonio Marcio. Structural adjustment and agriculture in Brazil: the experience of the 1980's. *Revista brasileira de economia*, v. 48, n. 4, 1994. p. 491-504. Disponível em: <https://hml-bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/625> Acesso dez. 2024.
- RIBEIRO, Claudio Marques. *Estudo do modo de vida dos pecuaristas familiares da região da Campanha do Rio Grande do Sul*. 2009. 300 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/17261> Acesso dez. 2024.
- ROCHA, Jefferson M. da; ROCHA, Nájila S. da; KÄFER, Pâmela S.; CRUZ, Rafael C. Eucalyptus forestry in Brazilian Pampa biome: between developmental illusion and sustainable inefficacy. *Ciência e Natura*, v. 42, p. e35, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/cienciaenatura/article/view/e36> Acesso dez. 2024.
- SANTOS, Carlos; OYHANTÇABAL, Gabriel; NARBONDO, Ignacio. *La expansión del agronegocio agrícola en Uruguay: impactos, disputas y discursos*. In: Congreso de la Asociación de Estudios Latinoamericanos (LASA), San Francisco, California. 2012. Disponível em: <https://www.ungs.edu.ar/wp-content/uploads/2012/11/SANTOS1.pdf> Acesso dez. 2024.
- SIVIERO VICENTE, Jessica. *Uma nova safra de proprietários rurais? O caso dos investimentos da Universidade de Harvard em recursos naturais no Brasil*. 2020. 202 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/11693> Acesso dez. 2024.
- SIVIERO VICENTE, Jéssica; BARROS JUNIOR, Orlando A.; DULCI, Luiza B. Estratégias de financeirização no agro: três casos de investimentos na agricultura e nos mercados de terras no Brasil. *Estudios rurales*, v. 11, n. 22, p. 1-19, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://estudiosrurales.unq.edu.ar/index.php/ER/article/download/66/191/454> Acesso dez. 2024.
- TELLECHEA, Fernando Riet Corrêa Bastos. *Análise dos custos de transação no setor industrial da cadeia produtiva de carne bovina no Rio Grande do Sul*. 2001. 100 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/2281> Acesso dez. 2024.
- TORRES JR., Alcides de M.; ROSA, Fabiano R. T.; TONINI, Maria G. O. A evolução da pecuária de corte no Brasil. *Agroanalysis*, v. 25, n. 6, p. 40-42, 2005.
- VIANA, João Garibaldi Almeida. *Evolução da produção ovina no Rio Grande do Sul e Uruguai: análise comparada do impacto da crise da lã na configuração do setor*. 2012. 180 f. Tese (Doutorado em Agronegócios) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS. 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/49163> Acesso dez. 2024.
- WILKINSON, John. Land grabbing e estrangeirização de terras no Brasil. In: MALUF, Renato S.; FLEXOR, Georges. *Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017. pp. 12-19 Disponível em: [https://www.e-papers.com.br/produto/questoes\\_agrarias\\_agricolas\\_e\\_rurais/?v=dc634e207282](https://www.e-papers.com.br/produto/questoes_agrarias_agricolas_e_rurais/?v=dc634e207282) Acesso dez. 2024.

ZANELLA, Francis C.; BETTO, Janaina; PICCIN, Marcos B.; COSTA, Felipe F. Ensaio sobre as relações sociais de produção nas estâncias do Rio Grande do Sul. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 39, n. 1, p. 44-62, 2019. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/81> Acesso dez. 2024.

ZANELLA, Francis C. *Reconfigurações na economia estancieira do Sudoeste do Rio Grande do Sul (1985-2022): renda da terra, bovinocultura de corte e diferenciação social*. 2023. 317p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2023. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/18520> Acesso dez. 2024.

#### *Documentos citados e sites consultados*

ABIEC. Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes. *Beef Report*. Perfil da pecuária no Brasil. 2022. Disponível em: <https://www.abiec.com.br/publicacoes/beef-report-2022/> Acesso em: 18 ago. 2023.

Agrianual. Anuário Estatístico da Agricultura Brasileira. Informa Economics FNP, 2012.

Agrianual. Anuário Estatístico da Agricultura Brasileira. Informa Economics FNP, 2014.

Agrianual. Anuário Estatístico da Agricultura Brasileira. IEG/FNP, 2019.

Análise do Mercado de Terras. Edição 04, nov./dez. 2005. Instituto FNP, 2005.

Análise do Mercado de Terras. Edição 14, nov./dez. 2006. Instituto FNP, 2006.

Análise do Mercado de Terras. Edição 15, jan./fev. 2007. Instituto FNP, 2007.

Análise do Mercado de Terras. Edição 21, jan./fev. 2008. Instituto FNP, 2008.

Análise do Mercado de Terras. Edição 33, jan./fev. 2010. AgraFNP, 2010.

Análise do Mercado de Terras. Edição 74, jan. 2017. IEG/FNP, 2018.

Análise do Mercado de Terras. Edição 83, jul. 2018. IEG/FNP, 2018.

Análise do Mercado de Terras. Edição 104, jan. 2022. IHS Markit, 2022.

Anualpec. Anuário da Pecuária Brasileira. Instituto FNP, 1994.

Anualpec. Anuário da Pecuária Brasileira. Instituto FNP, 1995.

Anualpec. Anuário da Pecuária Brasileira. Instituto FNP, 1996.

Anualpec. Anuário da Pecuária Brasileira. Instituto FNP, 1997.

Anualpec. Anuário da Pecuária Brasileira. Instituto FNP, 1998.

Anualpec. Anuário da Pecuária Brasileira. Instituto FNP, 1999.

Anualpec. Anuário da Pecuária Brasileira. Instituto FNP, 2000.

Anualpec. Anuário da Pecuária Brasileira. Instituto FNP, 2001.

Anualpec. Anuário da Pecuária Brasileira. Instituto FNP, 2005.

Anualpec. Anuário da Pecuária Brasileira. AgraFNP, 2010.

Anualpec. Anuário da Pecuária Brasileira. Informa Economics FNP, 2014.

Anualpec. Anuário da Pecuária Brasileira. IEG/FNP, 2019.

- COMEX STAT - *Dados do Comércio Exterior Brasileiro*: Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home> Acesso em: 06 mar. 2023.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo agropecuário 2017*: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo agropecuário 2006*: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo agropecuário 1995/1996*: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo agropecuário 1985*: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo agropecuário 1975*: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Pecuária Municipal*. 2021. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/tabelas> Acesso em: 06 mar. 2023.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Trimestral do Abate de Animais* Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9203-pesquisas-trimestrais-do-abate-de-animais.html> Acesso em: 06 mar. 2023.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Produção Agrícola Municipal*. 2021. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas> Acesso em: 06 mar. 2023.
- IRGA. Instituto Rio Grandense do Arroz. *Boletim de resultados da safra 2021/22 em terras baixas: arroz irrigado e soja*. 19 set. 2022. Disponível em: <https://irga.rs.gov.br/upload/arquivos/202209/26133439-relatorio-irga-safra-2021-22.pdf> Acesso em: 18 ago. 2023.
- MAPBIOMAS. *Mapeamento Anual de Cobertura e Uso da Terra no Brasil (1985 – 2021)*. Coleção 7. 2022. Disponível em: <https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/> Acesso em: 06 mar. 2023.
- NESPRO – Núcleo de Estudos em Sistemas de Produção de Bovinos de Corte e Cadeia Produtiva. *Carta Conjuntural NESPro - Bovinocultura de Corte do RS*. n. 6, out./dez. 2022, Porto Alegre, 2023, 53p. Disponível em: [https://www.ufrgs.br/nespro/wp-content/uploads/2023/02/CartaConjunturalNESPro6out-dez22\\_Final.pdf](https://www.ufrgs.br/nespro/wp-content/uploads/2023/02/CartaConjunturalNESPro6out-dez22_Final.pdf) Acesso dez. 2024
- NESPRO – Núcleo de Estudos em Sistemas de Produção de Bovinos de Corte e Cadeia Produtiva. *NESPro Informa. Nota técnica. Integração Lavoura-Pecuária e os rebanhos bovinos de cria*. n. 57, out. 2022. Disponível em <https://www.ufrgs.br/nespro/wp-content/uploads/2022/10/NOTA-TECNICA-outubro-2022.pdf> Acesso dez. 2024

Recebido em: 01-03-2024

Modificado em: 26-09-2024

Aceito em: 29-11-2024

### *Francis Casagranda Zanella*

Doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ), Mestre em Extensão Rural (PPGExR - UFSM), Licenciado em Sociologia (UFSM/UAB) e bacharel em Gestão Ambiental (Unipampa). E-mail: [franciszanella@gmail.com](mailto:franciszanella@gmail.com)